



EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 11/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 10.377/2025
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E EVENTOS

A Superintendência Municipal de Licitações e Contratos do Município de Resende, RJ, no uso das atribuições que lhe são constitucionalmente conferidas, faz publicizar o presente edital de licitação, na modalidade de CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 14.802, de 25 de março de 2022 e posteriores dispositivos relacionados, Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e suas alterações, bem como nos termos das condições e exigências estabelecidas neste instrumento convocatório e anexos, conforme abaixo informado.

SÍNTESE DO OBJETO: **PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESTRUTURA, OPERACIONALIZAÇÃO DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO – 56ª EXAPICOR.**

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MAIOR LANCE TOTAL OFERTADO**

LANCE INICIAL MÍNIMO: **R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais)**

IMPUGNAÇÃO/ESCLARECIMENTO AO EDITAL: ATÉ DIA 08/07/2025 (enviar exclusivamente para o seguinte endereço eletrônico:
esclare.impug.resende@gmail.com

DATA DA SESSÃO: **Dia 11 de julho de 2025, às 14h00min**

FORMATAÇÃO: **ELETRÔNICA**

ENDEREÇO: <https://bnc.org.br/>

DISPUTA DE LANCES: **ABERTO**

DISPUTA DE LANCES: **MAIOR LANCE TOTAL OFERTADO**

AGENTE DE CONTRATAÇÃO: **LUÍS CLÁUDIO DE MORAES - MATRÍCULA N.º 1.850**

VISTORIA TÉCNICA: **ATÉ 09/07/2025 DAS 13H ÀS 18H - FONE: (24) 3354-6087**

E-MAIL: superintendenciadeeventospmr@gmail.com

EXIGÊNCIA DE GARANTIA CONTRATUAL: **SIM**

1. DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto da presente Licitação a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRODUÇÃO, MONTAGEM DE ESTRUTURAS, OPERACIONALIZAÇÃO, DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA 56ª EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA DE RESENDE – 2025, EM ÁREA ESPECÍFICA DO PARQUE MUNICIPAL FRANCISCO FORTES FILHO, RESENDE-RJ, NO PERÍODO DE 26/09/2025 à 05/10/2025**, através da Superintendência Municipal de Eventos e Integração da Secretaria Municipal de Comunicação Social e Eventos, conforme descritivo no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, os quais integram o presente processamento.

1.2. A presente licitação será realizada na modalidade de concorrência, de acordo com o arrematado pelo art. 6º, inciso XXXVIII; art. 28, inciso II; todos da Lei n.º 14.133/2021, composta por item único, considerando a oportunidade de maior concorrência e competitividade aos interessados, a fim de oportunizar, igualmente, maior vantajosidade e economicidade ao ente público ordenador na escala de preços a serem ofertados, bem como pela oportunidade de descentralização operacional das obras/serviços, viabilizando efetividade para concomitância da execução.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **MAIOR LANCE TOTAL OFERTADO**, nos termos do art. 6º, inciso XXXVIII, alínea “d”, da Lei n.º 14.133/2021, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações técnicas do objeto.

1.4. A sessão virtual da concorrência eletrônica será realizada no seguinte endereço: www.bnc.org.br, no dia **11 de julho de 2025, às 14h**, devendo as propostas e os documentos serem enviados até **as 13h** deste mesmo dia, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

2. DA PARTICIPAÇÃO E REGISTRO CADASTRAL

2.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização, sendo de responsabilidade do participante o cadastro prévio do sistema eletrônico.

2.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico: www.bnc.org.br.

2.3. É de responsabilidade do licitante, além de se credenciar previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

2.3.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

2.3.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e

responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

2.3.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

2.3.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar da concorrência na forma eletrônica; e

2.3.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

2.4. Poderão participar da presente licitação todos os interessados do ramo pertinente, que comprovarem eficazmente os requisitos deste Edital.

2.4.1. O registro prévio cadastral aos interessados poderá se realizar através do sistema de registro cadastral unificado, seja o disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), SICAF, bem como do próprio Poder Executivo de Resende/RJ, art. 87 da Lei nº 14.133/2021.

2.5. A participante que pretender utilizar os benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014, a ME, EPP, MEI ou Cooperativa, que se enquadre na receita de ME ou EPP, deverá apresentar declaração de ser elegível aos benefícios do tratamento aludido, nos termos do Decreto 8.538/2015.

2.6. Em caso de necessidade de desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, ou seja, quando houver faturamento superior na respectiva legislação supracitada, compete aos licitantes interessados solicitá-lo. Caso o licitante não adote as providências necessárias para o desenquadramento e usufrua (ou tente usufruir) indevidamente dos benefícios extensíveis a esse enquadramento, poderá ser declarado inidôneo (art. 13, § 1º, do Decreto 8.538/2015).

2.7. A microempresa e a empresa de pequeno porte e a cooperativa que atender ao item 2.5, mas possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal (Certidão Negativa de Tributos Municipais, Certidão Negativa de Débito Junto ao INSS – CND) e de regularidade trabalhista (Certidão de Regularidade Junto ao FGTS), terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade, no prazo de **cinco dias úteis**, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

2.8. O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

2.9. O prazo de que trata o item 2.7 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma

motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

2.10. A não regularização da documentação, nos prazos fixados nos itens 2.7 e 2.9, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

2.11. Não poderão participar da presente licitação as empresas que possuírem as seguintes restrições, a serem conferidas pelo agente de contratação e/ou comissão de contratação ou pela equipe de apoio:

2.11.1. Declarada inidônea de acordo com o previsto no inciso IV do art. 156 da Lei n.º 14.133/2021 e que não tenha restabelecido sua idoneidade;

2.11.2. Com falência decretada;

2.11.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.11.4. Suspensa pela Prefeitura de Resende;

2.11.5. Pessoa jurídica que, dentre seus dirigentes, responsáveis técnicos ou legais, dentre suas equipes técnicas, bem assim dentre eventuais subcontratados figure quem seja ocupante de cargo ou emprego na Administração Direta ou Indireta do Município de Resende/RJ;

2.11.6. De servidores ou dirigentes e da entidade contratante ou responsável.

2.11.7. que possuam em seu quadro societário ou participe dos seus quadros funcionais, profissional que tenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/21.

3. DOS PRAZOS GERAIS

3.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

3.2. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste edital em dias úteis.

3.3. Os serviços objeto desta licitação, deverão ser efetivadas em prazo máximo não superior ao estabelecido no Termo de Início de Execução dos Serviços, iniciada a

contagem a partir da data de emissão e recebimento do Termo de Início de Execução dos Serviços, emitida pela fiscalização do contrato, bem como suspensão em caso de paralisação, suspendendo-se, igualmente, a vigência do contrato. No caso de o contrato ultrapassar o exercício sem que a execução da obra tenha se completado, seja por atraso no termo de início ou em razão de eventuais suspensões, deverá a administração atualizar, por meio de apostila e de forma unilateral, as disposições que assim se permitirem, inclusive a própria rubrica orçamentária da lei em vigor.

3.4. A Prefeitura Municipal convocará a licitante vencedora para assinatura do contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento de aviso convocatório.

3.5. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

3.6. O prazo para início dos trabalhos fica fixado no Termo de Início de Execução dos Serviços em dias úteis a partir do recebimento do Termo de início de Execução dos Serviços.

3.7. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo das sanções estabelecidas neste edital e na Lei n.º 14.133/2021.

3.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante, não se aplicando tal regra na hipótese do subitem 3.9.1.

3.9. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 3.7, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

3.9.1. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

3.9.2. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

3.10. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

4. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS E PROPOSTAS

4.1. As propostas e os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando os itens 5 e 6 deste Edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.

4.2. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

4.2.1. O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, como condição de participação;

4.2.2. O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, como condição para aplicação do disposto nos itens 01 e 02, deste edital.

4.3. No preço proposto deverão constar e serem computadas todas as despesas indispensáveis à realização dos serviços, mão de obra, materiais, máquinas e equipamentos, encargos das leis sociais e quaisquer despesas acessórias e necessárias, não especificado neste Edital, e relativo aos trabalhos objeto desta licitação.

4.4. O preço proposto será considerado completo e suficiente para a execução total dos serviços objeto desta licitação, de modo que não será considerada qualquer reivindicação de pagamento adicional quando devido a erro ou má interpretação de parte da licitante.

4.5. Eventuais outros documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo agente de contratação ou comissão de contratação, deverão ser encaminhados no prazo máximo de 2 horas.

4.6. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de sua emissão.

5. DA HABILITAÇÃO

5.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei 14.133/2021:

5.1.1. Habilitação Jurídica;

5.1.2. Qualificação Técnica: Profissional e Operacional;

5.1.3. Qualificação Econômico-financeira;

5.1.4. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista;

5.1.5. Atendimento das disposições do Art. 7º, inciso XXXIII da CF;

5.1.6. Declaração de desimpedimento de participar em licitações.

5.2. Habilitação Jurídica:

5.2.1. Declaração de Firma Mercantil Individual e suas alterações, se for o caso, tudo devidamente arquivado na Junta Comercial do estado de origem, no caso de empresa individual;

5.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações, se for o caso, em vigor, tudo devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ou estado de origem da licitante, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

5.2.3. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

5.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e Ato de Registro ou autorização para funcionamento pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.3. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

5.3.1. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

5.3.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

5.3.3. Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

5.3.4. Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei (CND/INSS– CRF/FGTS);

5.3.5. Regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT);

5.4. Qualificação Técnico-Profissional e Técnico-Operacional:

5.4.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

5.4.1.1 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL:

a) Atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde conste que a licitante presta ou prestou serviços semelhantes ao objeto contratual, com bom desempenho acompanhados de cópia ou original autenticada do contrato de prestação de produção de evento / montagem de estruturas, em exposições com público mínimo de **14.950 pessoas**. Devendo ainda apresentar cópia autenticada de documento de autorização fornecido pelo Corpo de Bombeiros que autorizou o evento citado no atestado apresentado, cópia do contrato da prestação do serviço autenticado, assim como averbação do atestado no CREA ou órgão competente.

b) No caso de apresentação de atestados de empresas privadas, não serão considerados aqueles apresentados por empresas participantes do mesmo grupo empresarial da licitante

Serão considerados como mesmo grupo, as empresas controladas pela licitante e suas controladoras, ou que tenham pelo menos uma pessoa física ou jurídica que seja sócia da empresa emitente e da empresa licitante;

c) As licitantes deverão apresentar declaração emitida por técnico, devidamente registrados no CREA, comprovado através de certidão do órgão em validade, ATESTANDO que as estruturas destinadas a abrigo de pessoas (palcos, camarins) e suporte de equipamentos (torres, elevatórias), a serem colocadas estão em perfeito estado de conservação e manutenção, não havendo nenhum risco à sua utilização. A declaração deverá estar com firma reconhecida do técnico assinante, e acompanhada de cópia de documento de identidade além da certidão de Regularidade Profissional acima mencionada.

5.4.1.2 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL:

a) Prova de registro no CREA do profissional responsável através de Certidão que demonstre sua validade.

b) Possuir no quadro da empresa profissional registrado no CREA.

c) Para o cumprimento do subitem **b**, será (ão) aceito (s) documento (s) comprobatório de vínculo existente entre o profissional habilitado e a empresa.

c.1) A prova de que o profissional indicado pertence ao quadro da empresa poderá ser efetuada mediante apresentação de carteira de trabalho profissional (em caso de funcionário), ato constitutivo ou contrato social em vigor (em caso de composição societária) ou contrato de prestação de serviços (em caso de contratação).

c.2) Nos termos do Acórdão nº 82437/2022 PLENV (Processo nº 234.124-0/2021-TCE-RJ), a licitante poderá apresentar declaração formal ou termo de compromisso do profissional indicado para a composição de sua equipe técnica, devendo OBRIGATORIAMENTE comprovar a existência de vínculo com o profissional quando da emissão da Nota de Empenho.

c.3) Atestado de visita técnica, emitido pela SMCSE (Secretaria Municipal de Comunicação Social e Eventos) para que não sejam apresentadas reclamações decorrentes de condições desfavoráveis ou ocorrências que poderiam ter sido previstas pelo licitante. A visita técnica deverá ser agendada junto a SMCSE (Secretaria Municipal de Comunicação Social e Eventos) através do tel. (24) 3354-6087 - E-MAIL: superintendenciadeeventospmr@gmail.com, de segunda a sexta-

feira, no horário de 13h às 18h, até o segundo dia útil que antecede a data fixada no presente edital para a realização do respectivo certame licitatório.

OBSERVAÇÃO: Para melhor instruir o presente certame, fica facultado de Contração/Comissão de Contratação, caso julgue necessário, a realização de diligências junto a empresa emitente, ou outros órgãos ou empresas que entender conveniente, para fins de verificação de autenticidade, ou para esclarecimento de quaisquer outras eventuais dúvidas quanto aos atestados de capacidade técnica.

5.4.1.3 Certidões ou atestados que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei nº 14.133/2021;

5.5. Qualificação Econômico-Financeira

5.5.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

5.5.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com a indicação do nº. do Livro Diário, número de registro na Junta Comercial e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira, vedada à substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo serem atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três (03) meses da data de apresentação dos mesmos. Limitar-se-ão ao último exercício os documentos exigidos neste subitem no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

5.5.3. A comprovação da boa situação financeira será apurada mediante a obtenção de Índice de Liquidez Geral maior ou igual a (01) um, cuja apuração se dará através da seguinte fórmula:

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a LP}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a LP}} \geq 1$$

5.5.3.1. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar capital ou patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

5.5.3.2. Caso for permitido a participação de Microempreendedor individual, e o mesmo pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da apresentação dos balanços patrimoniais.

5.6. Documentação complementar:

5.6.1. Declaração Consolidada (modelo Anexo III);

5.6.2. Declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos neste edital (Anexo V);

5.6.3. Modelo de Proposta Comercial (Anexo IV);

5.7. Será processada a abertura dos documentos de habilitação no sistema apenas do licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento.

5.8. Serão analisados os documentos relativos à habilitação, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas do licitante mais bem classificado.

5.9. Após a abertura da sessão, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos de habilitação, salvo em sede de diligência, para:

5.9.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

5.9.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

5.10. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação e/ou Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

5.11. Nos casos em que se já houver encerrada a fase de habilitação, quando o edital prever expressa e justificadamente a inversão das fases e esta anteceder ao julgamento, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

5.12. A não apresentação da(s) declaração(ões) conforme solicitado neste item do edital resultará na inabilitação do licitante.

6. DA PROPOSTA

6.1. Declaração de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias da abertura do certame licitatório vertente.

6.1.1. Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, no mínimo 90 (noventa) dias, e caso persista o interesse da Prefeitura Municipal de Resende-RJ, esta poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo;

6.2. Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, observando as diretrizes:

6.2.1. Preço global do objeto a ser contratado, considerando a aplicação de preços unitários propostos em planilha de preços.

6.2.2. Planilha Orçamentária devidamente assinada pelo responsável técnico da licitante, cujo nome e número de registro no CREA deverão estar apostos de maneira legível.

6.2.3. Cronograma Físico-Financeiro, devidamente assinado (s) pelo responsável técnico da licitante, cujo nome e número de registro no CREA deverão estar apostos de maneira legível.

6.3. Deverá ser apresentado junto a proposta:

a - Declaração formal assinada pelo responsável da empresa que tem condições adequadas e expertise para realização dos eventos específicos.

b - Atestado de visita técnica, emitido pela Comissão de Organização do Evento em nome da licitante, para que não sejam apresentadas reclamações decorrentes de condições desfavoráveis ou ocorrências que poderiam ter sido previstas pelo licitante.

b1) A visita técnica deverá ser previamente agendada junto ao Presidente da Comissão de Organização do Evento, através do telefone (24) 3354-6087, podendo ocorrer entre 13h e 18h.

b2) A visita técnica deverá ser efetuada por profissional habilitado, indicado pelas empresas licitantes.

b3) A Licitante **poderá substituir o atestado de visita** por uma declaração formal assinada pelo responsável técnico da empresa licitante, sob as penalidades da lei, informando que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade pela não realização da visita e que não utilizará desta prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras que venham onerar a Administração.

c - Declaração de disponibilidade ou de que reúne condições de apresentar para abertura do evento, se vencedor da licitação, os documentos referentes aos seguintes itens:

c.1) ART – Anotação de Responsabilidade Técnica dos Geradores;

c.2) ART – Anotação de Responsabilidade Técnica do Palco, Telão, Sistema de Som e Iluminação Compatíveis com a grade de shows;

c.3) Declaração ou comprovação de contratação ou posse dos equipamentos de palco, sistema de som e iluminação compatíveis com a grade de shows ou ajuste de intenções com terceiros tecnicamente estruturados para o cumprimento do objeto;

c.4) ART – Anotação de Responsabilidade Técnica das estruturas de tendas, pirâmides, estandes, camarotes e toda a estrutura que demande esta responsabilidade técnica;

OBSERVAÇÃO: Mesmo havendo aceitação da qualificação técnica da empresa, o Agente de Contratação/Comissão de Contratação poderá promover diligência destinada

a obter esclarecimentos complementares.

6.4. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório.

6.5. A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital.

6.6. Deverão ser discriminados na proposta, as especificações constantes do **ANEXO I**, bem como seu valor global.

6.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.7. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos órgãos de controle competentes e por esta Administração e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de contratação e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.6. Para o julgamento da presente licitação, a Comissão de Contratação levará em consideração as disposições contidas neste edital, declarando vencedora a proponente que apresentar o **MAIOR LANCE TOTAL OFERTADO**, resultante do maior valor proposto. No caso em que esta divisão resultar em valor unitário com centavos, serão consideradas SOMENTE as 02 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais.

7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.9. O intervalo mínimo entre os lances será correspondente a 0,5% da média dos valores totais das propostas financeiras apresentadas, nos termos do art. 57 da Lei nº 14.133/2021, **podendo ser alterado a critério do agente de contratação durante a disputa.**

7.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.14. Caso seja adotado para o envio de lances na concorrência eletrônica o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.14.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.14.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.14.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.14.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.14.5. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.18. No caso de desconexão com o Agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.22.2.2. empresas brasileiras;

7.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.4. O Agente de contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada de Planilha de Composição de Custos atualizada e dos documentos complementares, se for o caso, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.5. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.23.6. Encerrada a etapa de lances, a licitante vencedora deverá readequar seus valores unitários junto ao sistema BNC.

7.24. Após a negociação do preço, o agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 2.5 deste edital.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o

preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.

8.8.1. Definição dos critérios de aceitabilidade de preços unitários:

8.8.1.1. exequibilidade: serão considerados inexequíveis, os itens de maior relevância, assim entendidos os que correspondem a 90% do valor do orçamento, que tiverem seu valor unitário abaixo de 75% do valor orçado pela Administração, conforme dispõe o §4º do art. 59 da Lei 14.133/2021.

8.8.1.2. sobrepreço: serão considerados de sobrepreço os itens definidos como de maior relevância, assim entendidos os que correspondem a 90% do valor do orçamento, que estiverem acima do valor estimado no orçamento da municipalidade.

8.8.2. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.8.3. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

8.8.4. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.8.5. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado foi decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar ser convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.10.1. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.10.2. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.10.3. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.13. O Agente de Contratação ou Comissão de Contratação poderá suspender a sessão, se entender necessário, para maior exame dos documentos apresentados ou dos recursos interpostos. Neste caso, após decisão da habilitação, será dada ciência aos interessados através da imprensa oficial municipal, estadual ou federal.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência/Estudo Técnico Preliminar, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou no Registro Cadastral do Município de Resende/RJ.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, ou por cópia.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido no SICAF ou no Registro Cadastral do Município de Resende/RJ, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

9.8. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos, Registro Cadastral de Fornecedores do próprio Poder Executivo de Resende/RJ ou toda a documentação de habilitação exigida no item correspondente deste edital.

9.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

9.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

9.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

9.10. A verificação pelo Agente de Contratação ou Comissão de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de

prova, para fins de habilitação.

9.10.1. Os documentos complementares correlatos aos exigidos para habilitação, serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do O Agente de Contratação ou Comissão de Contratação.

9.10.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.11. A verificação no SicaF ou Registro Cadastral de Fornecedores do próprio Poder Executivo de Resende/RJ ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.11.1. No caso da fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação ou Comissão de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.10.1.

9.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de

atos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada no prazo de **10 (dez) minutos** a ser concedido pelo Agente de Contratação e/ou comissão de contratação, após o respectivo término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor no caso de inexistência de manifestação;

10.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos, nos termos do art. 165, §2º, da Lei N.º 14.133/2021.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente, nos termos do art. 168, caput, da Lei N.º 14.333/2021.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.bnc.org.br.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimentos, devendo protocolar de forma eletrônica o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, nos termos do art. 164, caput, da Lei N.º 14.133/2021.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, **exclusivamente** por meio do seguinte endereço eletrônico: esclare.impug.resende@gmail.com

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DO ENCERRAMENTO RECURSAL

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

12.1.1. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

12.1.2. Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

12.1.3. Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

12.1.4. Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

12.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará

ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

12.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

12.4. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados, no prazo de 03 (três) dias úteis.

13. DA FORMALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

13.1. A execução dos contratos administrativos se regerá pelo estabelecido nos arts. 115 a 123 da Lei 14.133/2021, bem como pelos regulamentos próprios municipais editados e vigentes, parte integrante deste edital e demais atos subsequentes.

13.2. O contrato administrativo a ser firmado entre a Prefeitura Municipal e a licitante vencedora, obedecerá à minuta sob Anexo VI, dentro do prazo convocatório estabelecido neste edital.

13.3. Antes de formalizar o contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

13.4. A desistência do órgão ou entidade promotora da licitação de contratar com a licitante mais bem classificada não lhe confere o direito à indenização ou reembolso de qualquer espécie.

13.5. Por motivo técnico e havendo recurso orçamentário, bem como atendidas as demais exigências dos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/01, a Administração Municipal poderá aditar o contrato, mantidas as condições da proposta inicial.

13.6. A Administração Municipal não responderá por indenizações oriundas de danos causados a terceiros por culpa ou dolo da Contratada, quando da execução do serviço de que trata este edital.

13.7. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

13.8. DO REGISTRO POR APOSTILA

13.8.1. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, unilateralmente pela Administração, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

13.8.1.1. Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;

13.8.1.2. Atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;

13.8.1.3. Alterações na razão ou na denominação social do contratado;

13.8.1.4. Empenho de dotações orçamentárias.

13.9. DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS

13.9.1. Os contratos poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

13.9.1.1. Unilateralmente pela Administração:

13.9.1.1.1. Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos, desde que não transfigure o objeto da contratação;

13.9.1.1.2. Quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, desde que este não se transfigure.

13.9.1.1.3. O contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nos serviços. No caso de reforma de edifício ou equipamento, o limite para acréscimos será de até 50% (cinquenta por cento).

13.9.1.2. Por acordo entre as partes:

13.9.1.2.1. Quando conveniente a substituição da garantia de execução;

13.9.1.2.2. Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

13.9.1.2.3. Quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

13.9.1.2.4. Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

13.9.2. Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão a apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.

13.9.3. A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.9.4. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

13.9.5. Antes de prorrogar o prazo de vigência do contrato em termo aditivo, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

13.10. DA EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE EXECUTIVO DOS CONTRATOS

13.10.1. Os contratos administrativos deverão possuir dois servidores públicos designados a atuarem como fiscal de contrato e gestor de contrato, nos termos do regulamento municipal.

13.11. DA PUBLICIZAÇÃO DOS CONTRATOS

13.11.1. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias úteis contados da data de sua assinatura, nos termos do art. 94, inciso I, da Lei N.º 14.133/2021.

13.11.2. Os contratos celebrados em caso de urgência terão eficácia a partir de sua assinatura e deverão ser publicados no prazo estabelecido no subitem anterior, sob pena de nulidade.

14. DO REAJUSTAMENTO

14.1. REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO

14.1.1. Nos termos do art. 25, §7º, da Lei nº 14.133/2021, o presente edital consigna, como forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato e reajustamento de preços, o índice do IPCA ou outro que houve por substituí-lo, caso mais favorável à Administração Pública, como critério de atualização monetária.

14.1.2. A data-base estará vinculada à data do orçamento estimado.

14.1.3. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.1.4. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, nos termos do art. 107 e 131, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

15. DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. O valor ofertado pelo vencedor deverá ser pago em parcela única, junto a Secretaria Municipal de Fazenda, mediante guia de recolhimento em até 48 hs, após o final do certame e comprovado junto à SUMLIC/SMG. Após a comprovação do pagamento da guia de recolhimento será feita a homologação.

15.2. O não pagamento ou ausência de comprovação culminará a desclassificação da empresa.

16. DAS INFRAÇÕES LICITATÓRIAS E CONTRATUAIS

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

16.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a agente de contratação e/ou comissão de contratação durante o certame;

16.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

16.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

16.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

16.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

16.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

- 16.1.4.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- 16.1.5.** fraudar a licitação.
- 16.1.6.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 16.1.6.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 16.1.6.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 16.1.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
 - 16.1.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 16.2.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, nos termos do art. 155, e seguintes da Lei N.º 14.133/2021:
- 16.2.1.** Dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - 16.2.2.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 16.2.3.** Dar causa à inexecução total do contrato;
 - 16.2.4.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 16.2.5.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 16.2.6.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 16.2.7.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - 16.2.8.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - 16.2.9.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 16.2.10.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 16.2.11.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 16.2.12.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 16.3.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item anterior, as sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei N.º 14.133/2021.
- 16.3.1. DAS PENALIDADES**
- 16.3.1.1.** Pelo atraso e inexecução total ou parcial deste contrato, bem como outras infrações, ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critérios do CONTRATANTE, a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes sanções:
- 16.3.2. ADVERTÊNCIA**
- 16.3.2.1.** A advertência será aplicada exclusivamente nos casos em que a CONTRATADA der causa à inexecução do contrato, nos termos do art. 156, §1º, e art. 155, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.
- 16.3.3. MULTA**
- 16.3.3.1.** Pelo atraso injustificado na execução do serviço, será aplicada multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato.
 - 16.3.3.2.** Pelo atraso injustificado na execução do serviço superior a 30 (trinta) dias, contados do termo de ordem de serviço, será aplicada multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia de atraso, desde o primeiro dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato.

16.3.3.3. Pelo descumprimento injustificado de quaisquer das outras cláusulas contratuais que não aquelas relacionadas ao atraso na execução do serviço, será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato.

16.3.3.4. A multa não impede que o CONTRATANTE rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções.

16.3.3.5. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada nos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, inclusive de eventual garantia prestada, ou cobrada judicialmente.

16.3.3.6. Da aplicação de qualquer multa será a CONTRATADA intimada para recolhê-la aos cofres do CONTRATANTE no prazo de trinta dias úteis.

16.3.3.7. O montante de multas aplicadas à CONTRATADA não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor global do contrato, nos termos do art. 156, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

16.3.4. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

16.3.4.1. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura pelo prazo de até um ano, aplicada pela autoridade competente, nos termos do art. 156, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

16.3.5. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR

16.3.5.1. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Prefeitura enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação à autoridade competente, a qual será concedida sempre que a contratada ressarcir à Prefeitura pelos prejuízos resultantes da infração e depois de decorrido o prazo de um ano, facultada a defesa da contratada no prazo de dez dias da abertura de visto, nos termos do art. 156, §5º e §6º, da Lei nº 14.133/2021.

16.4. As sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas juntamente com a multa, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de cinco dias úteis.

16.5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA se esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.

16.6. Os montantes pecuniários derivados da aplicação das multas e demais sanções contratuais serão atualizados monetariamente pelo IPCA vigente, ou outro índice que venha o substituir, bem como a incidência de juros de mora de 0,5% sobre o montante total devido.

16.7. DA FORMA DE EXTINÇÃO CONTRATUAL

16.7.1. A extinção do contrato poderá ser:

16.7.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

16.7.1.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

16.7.1.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

16.7.2. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

16.8. DO DIREITO DE RESCISÃO PELO CONTRATADO

16.8.1. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

16.8.1.1. Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei n.º 14.133/2021;

16.8.1.2. Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

16.8.1.3. Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

16.8.1.4. Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

16.8.1.5. Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

16.8.2. As hipóteses de extinção a que se referem os subitens 16.8.1.2, 16.8.1.3 e 16.8.1.4 observarão as seguintes disposições:

16.8.2.1. Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

16.8.2.2. Assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei n.º 14.133/2021.

16.9. DOS EFEITOS DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

16.9.1. CULPA EXCLUSIVA DA ADMINISTRAÇÃO: Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

16.9.1.1. Devolução da garantia;

16.9.1.2. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

16.9.1.3. Pagamento do custo da desmobilização.

16.9.2. DETERMINADA UNILATERALMENTE PELA ADMINISTRAÇÃO: A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, as seguintes consequências:

16.9.2.1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

16.9.2.2. Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

16.9.2.3. Execução da garantia contratual para:

16.9.2.3.1. Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

16.9.2.3.2. Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

16.9.2.3.3. Pagamento das multas devidas à Administração Pública;

16.9.2.3.4. Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

16.9.2.4. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

16.9.3. A aplicação das medidas previstas nos subitens 16.9.2.1 e 16.9.2.2 ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

16.9.4. Na hipótese do subitem 16.9.2.2, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente, conforme o caso.

16.10. Caso a proponente vencedora da licitação não execute, total ou parcialmente, quaisquer itens ou serviços previstos, a contratante reserva-se o direito de executá-los, direta ou indiretamente, inclusive remanescentes, hipótese em que aquela licitante ou contratada responderá pelos custos, através de glosas de créditos e/ou cauções e/ou pagamentos, direto à contratante, bem como reparação de eventuais danos a esta ou a terceiros.

16.11. DA NULIDADE CONTRATUAL

16.11.1. Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação, entre outros, dos seguintes aspectos:

16.11.1.1. Impactos econômicos e financeiros decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;

16.11.1.2. Riscos sociais, ambientais e à segurança da população local decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;

16.11.1.3. Motivação social e ambiental do contrato;

16.11.1.4. Custo da deterioração ou da perda das parcelas executadas;

16.11.1.5. Despesa necessária à preservação das instalações e dos serviços já executados;

16.11.1.6. Despesa inerente à desmobilização e ao posterior retorno às atividades;

16.11.1.7. Medidas efetivamente adotadas pelo titular do órgão ou entidade para o saneamento dos indícios de irregularidades apontados;

16.11.1.8. Custo total e estágio de execução física e financeira dos contratos, dos convênios, das obras ou das parcelas envolvidas;

16.11.1.9. Fechamento de postos de trabalho diretos e indiretos em razão da paralisação;

16.11.1.10. Custo para realização de nova licitação ou celebração de novo contrato;

16.11.1.11. Custo de oportunidade do capital durante o período de paralisação.

16.11.2. Caso a paralisação ou anulação não se revele medida de interesse público, o poder público deverá optar pela continuidade do contrato e pela solução da irregularidade por meio de indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis.

16.11.3. A declaração de nulidade do contrato administrativo requererá análise prévia do interesse público envolvido, na forma do art. 147 da Lei n.º 14.133/2021, e operará retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato deveria produzir ordinariamente e desconstituindo os já produzidos.

16.11.3.1. Caso não seja possível o retorno à situação fática anterior, a nulidade será resolvida pela indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e aplicação das penalidades cabíveis.

16.11.3.2. A nulidade não exonerará a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável, e será promovida a responsabilização de quem lhe tenha dado causa.

16.11.3.3. Nenhuma contratação será feita sem a caracterização adequada de seu objeto e sem a indicação dos créditos orçamentários para pagamento das parcelas contratuais vincendas no exercício em que for realizada a contratação, sob pena de nulidade do ato e de responsabilização de quem lhe tiver dado causa.

16.12. DA MODULAÇÃO DE EFEITOS NA DECLARAÇÃO DE NULIDADE CONTRATUAL

16.12.1. Ao declarar a nulidade do contrato, a autoridade, com vistas à continuidade da atividade administrativa, poderá decidir que ela só tenha eficácia em momento futuro, suficiente para efetuar nova contratação, por prazo de até 6 (seis) meses, prorrogável uma única vez.

17. DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

17.1. Controvérsias oriundas da execução contratual e relacionadas a direitos patrimoniais disponíveis; restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato; inadimplemento de obrigações contratuais por quaisquer das partes; e ao cálculo de indenizações poderão ser encaminhadas à tentativa de resolução através da Câmara de Conciliação e Mediação Municipal, parte integrante da Procuradoria-Geral do Município, bem como às demais formas alternativas indicadas pelos arts. 151 a 154 da Lei n.º 14.133/2021.

18. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE / OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

18.1. As obrigações do Contratante e da Contratada encontram-se relacionadas no Termo de Referência, **ANEXO I**, e contrato que fazem partes integrantes do presente Edital.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

19.1. As instalações provisórias de água e luz, assim como as despesas de taxas de consumo e serviço de segurança da obra e instalações, durante a execução do serviço, serão de responsabilidade da contratada.

19.2. É responsabilidade da contratada a qualidade das obras, materiais e serviços executados ou fornecidos para esta finalidade, inclusive a promoção de adequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado.

19.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

19.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para

o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

19.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

19.6. A administração reserva-se o direito de, a qualquer tempo, anular ou revogar o procedimento licitatório por ilegalidade ou por razões de interesse público advindas de fato superveniente devidamente comprovado.

19.7. Os casos omissos serão decididos pelo Agente de Contratação e/ou Comissão de Contratação, nos termos dos regulamentos municipais condizentes com a Lei n.º 14.133/2021, bem como nos termos das demais legislações em vigor e Princípios Gerais de Direito.

19.8. A apresentação de proposta implicará a plena, total e irrevogável aceitação, por parte dos licitantes, de todos os termos e condições deste instrumento convocatório.

19.9. Se os interessados discordarem dos quantitativos da planilha orçamentária aposta ao presente certame, deverão a contestar no prazo previsto o prazo de impugnação ao edital, não cabendo pedidos posteriores, por ocasião da homologação, adjudicação e/ou assinatura do contrato, sobre matéria não impugnada tempestivamente.

19.10. Em se tratando de Cooperativa, quando da assinatura do contrato, deve-se comprovar a constituição do Fundo de Reserva previsto no art. 28, inciso I, da Lei n.º 5.764/71 e o objeto da licitação deverá ser prestado por cooperativado integrante da relação de associados entregue quando da habilitação neste certame.

19.11. Os dados pessoais decorrentes da execução deste edital ficam, desde já, autorizados por pelos licitantes e respectivos representantes, inclusive a eventual vencedor do certame e contratado (s), à disponibilidade pública nos sítios oficiais de informação e publicidade, nos termos do art. 7º, inciso I, da Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018.

19.12. O edital estará acessível a todos interessados, gratuitamente, nos sítios eletrônicos oficial www.resende.rj.gov.br e www.bnc.org.br.

19.13. Para maiores informações técnicas, contatar através do fone (0XX24) 33546087 – Secretaria Municipal de Comunicação Social e Eventos - SMCSE.

19.14. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.15. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.16. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.17. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.18. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.19. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.20. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.bnc.org.br.

- 19.21.** Será exigido nesta contratação garantia contratual no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, cabendo a contratada optar pela modalidade.
- 19.22.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 19.22.1.** ANEXO I – Memorial Descritivo/Plantas.
 - 19.22.1.1.** Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar.
 - 19.22.2.** ANEXO II - Carta de Credenciamento.
 - 19.22.3.** ANEXO III – Declaração Consolidada
 - 19.22.4.** ANEXO IV - Modelo de “proposta comercial”.
 - 19.22.5.** ANEXO V - Modelo de declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste os índices econômicos previstos neste edital.
 - 19.22.6.** ANEXO VI - Minuta do Contrato de Prestação de Serviços.
 - 19.22.7.** ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

Resende/RJ, 29 de maio de 2025.

Julio Cezar de Carvalho
Superintendente Municipal de Licitações e Contratos

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
APÊNDICE DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
APÊNDICE DO ANEXO I – PLANTA

Processo n.º	Exercício	Folha
10.377	2025	45

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto deste termo a contratação de empresa especializada para realização e organização do evento compreendendo produção, montagem de estruturas, operacionalização, divulgação e comercialização da **56ª EXAPICOR (Exposição Agropecuária, Industrial e Comercial de Resende)**, a realizar-se entre os dias **26 de setembro de 2025 e 05 de outubro de 2025** em comemoração ao aniversário da cidade, na área determinada para realização de eventos do município de Resende-RJ, a partir da assinatura do contrato até a total desocupação da área, de acordo com os termos do Edital e as especificações e disposições deste termo.

1.2 - O croquis da Exposição Agropecuária de Resende, anexo ao final deste termo, delimita a área a que terão direito de usufruir durante o evento, a **CONTRATADA**, por ocasião da referida exposição, atividades culturais, comerciais e agropecuárias.

1.3 - A gestão dos portões de acesso ao evento será de responsabilidade inteiramente da **CONTRATADA**, durante todo o período do contrato, respeitando as condições estabelecidas no referido termo.

1.4 - As despesas relativas à realização da Exposição Agropecuária de Resende, dos espaços de comercialização; de shows apresentados na proposta; de circulação de pessoas; cachês, hospedagens, transporte e alimentação dos artistas e suas equipes, bilheteria, equipe de segurança patrimonial, publicidade, estrutura de tendas e pirâmides, fechamentos metálicos, pisos, fachadas, carregadores, divulgação, alimentação funcional, contratação de pessoal de apoio e brigada de incêndio em atendimento as normas para legalização do evento serão de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**.

1.5 - A modalidade eleita será concorrência pública, na forma eletrônica, adotando-se, como critério de julgamento, o maior retorno econômico, por se tratar do critério que mais se adequa à contratação do objeto do certame. Nesse sentido, é importante salientar que o critério maior retorno econômico é plenamente adequado ao objeto do certame, com a utilização do instrumento legal pertinente para os objetivos da

Processo n.º	Exercício	Folha
10.377	2025	46

administração.

1.6 - O prazo do contrato será da assinatura do contrato, com data de início dos trabalhos para 60 (sessenta) dias antes, contemplando o período de realização do evento, com a cessão de uso do espaço público e o final do contrato no dia 30/10/2025, data suficiente para finalizar o evento.

1.7 - **LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS** - na área delimitada para eventos na Rua A, s/n, Campo da Aviação, Resende, RJ conforme croquis em anexo.

2 - DA JUSTIFICATIVA

A tradicional **Exposição Agropecuária de Resende** vem ao longo dos anos crescendo e se fortalecendo dentro do calendário municipal, regional e também nacional, como um evento que envolve as especificidades do agronegócio e também como um evento de grande porte na área do entretenimento. Na área de agronegócios atrai empresários da indústria e do comércio rurais, com presença de importantes marcas, bem como criadores e expositores de animais.

Assim, justifica-se a contratação de empresa especializada para a produção, montagem de estruturas, operacionalização e comercialização da Exapicor. **Estima-se o valor de lance inicial mínimo em R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais)**, o qual deverá ser depositado pelo vencedor do certame no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a homologação do resultado, mediante guia de recolhimento expedida pela Prefeitura Municipal de Resende.

O valor do lance mínimo é justificado da seguinte forma:

- **Taxa de uso do espaço público:** R\$ 19.650,00 — correspondente à autorização de uso das áreas públicas municipais destinadas à realização do evento, conforme legislação vigente;
- **Despesas da contratante com obrigações previstas neste Termo de Referência:** R\$ 90.350,00 — valor estimado para cobrir custos arcados pela Prefeitura Municipal de Resende, tais como fornecimento de apoio logístico, serviços públicos, infraestrutura básica não atribuída à contratada, apoio à realização de atividades culturais e institucionais, além de outras obrigações descritas detalhadamente no

Processo n.º	Exercício	Folha
10.377	2025	47

presente Termo.

Cabe ressaltar que o Município de Resende não dispõe de quadro funcional especializado, bem como em número suficiente para produção, montagem de estruturas, operacionalização e comercialização das atividades previstas neste memorial.

Em concomitância com as atividades cotidianas da instituição, a soma de tais atividades, junto aos demais custos do evento, acarretaria uma onerosidade excessiva ao Erário. Resta salientar, entretanto, que cabe ao município a definição de parâmetros, acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

3 - DOS EVENTOS E ATIVIDADES JUNTO AOS ANIMAIS, PRODUTORES RURAIS E ARTESÕES

DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 3.1** - Garantir a presença de criadores/expositores de animais rurais, de representantes dos setores de agropecuária, agroindústria e agroquímico;
- 3.2** - Realizar as provas equestres e torneio leiteiro conforme padrões exigidos, com todo o aparato necessário;
- 3.3** - Comprovar a realização do exame negativo para anemia infecciosa equina, exame de mormo, atestado sanitário e exame de influenza equino, os exames têm que estar com validade durante a realização do evento;
- 3.4** - Disponibilizar alimentos, medicamentos, capim forrageiro e serragem adequada em quantidades suficientes para os animais em exposição e em competição;
- 3.5** - Promover parcerias para a confecção de uniforme padrão para competidores e equipe organizadora;
- 3.6** - Confeccionar troféus e faixas personalizadas para a premiação dos animais, conforme programação das competições de cada espécie e suas premiações;
- 3.7** - Realizar o controle e recebimento das inscrições e atestados dos equinos.

Processo n.º	Exercício	Folha
10.377	2025	48

3.8 - Disponibilizar as informações dos resultados de todas provas dos animais;

3.9 - Contratar uma equipe para preparar os espaços, auxiliar os procedimentos de trato, fichas e cadastros, receber os animais;

3.10 - Realizar o controle e recebimento das inscrições e atestados de todos os animais;

3.11 - Preparar a infraestrutura do galpão rural para receber os pequenos animais, artesãos e expositores do agronegócio, além do público que irá visitar o evento.

4. DA HIGIENE E LIMPEZA DURANTE O EVENTO:

4.1 - A CONTRATADA deverá contratar e manter limpos diariamente todos banheiros químicos de uso público na área de sua responsabilidade, sendo que deverá disponibilizar, em lugares estratégicos e de fácil acesso, banheiros destinados a portadores de necessidades especiais. Disponibilizar pessoal para limpeza dos banheiros de alvenaria assim como os materiais necessários;

4.2 - A CONTRATANTE disponibilizará equipe de limpeza para varrição e coleta de lixo e resíduos em toda a área do evento, incluindo materiais necessários.

5. DA INFRAESTRUTURA DO EVENTO

DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

5.1 - Contratar controle de acesso do público bem como as equipes operacionais, sendo necessário equipe de controle de entrada do público, assim como manter uma média de 100 controladores públicos/apoio por show de grande porte;

5.2 - Instalar 2 geradores de 250KWAs e 1 gerador de 90 KVA FULL TIME e 2 geradores de stand by; para atender as demandas dos palcos sendo: 3 para o Palco Principal (shows de grande porte) e 2 para o palco regional (shows de pequeno porte),

Processo n.º	Exercício	Folha
10.377	2025	49

conforme programação e rider dos contratados;

5.3 - Montar todas as tendas com lona branca, sendo 20 medindo 10m x 10m cada, 5 medindo 8m X 8m cada, 28 tendas medindo 5m X 5m cada, 20 tendas medindo 4mx4m cada, 05 tendas 3mx3m cada, destinadas a praça de alimentação, acesso e demais necessidades do evento;

5.4 - Organização de todas as estruturas que serão comercializadas na praça de alimentação, sendo barracas, restaurantes, stands, carrocinhas e outras;

5.5 - Instalar estruturas com o número mínimo de 102 banheiros, podendo ser terceirizado pela contratada, sendo: 50 masculinos, 50 femininos e 02 para portadores de necessidades especiais sendo 01 feminino e 01 masculino, montados em pontos estratégicos, com garantia de sucção, desinfecção e limpeza. A empresa que vai fornecer e operar os banheiros deverá estar licenciada no INEA e portar toda documentação para transporte dos resíduos. Os descartes deverão ser feitos em central de tratamento, conforme legislação específica. Sendo 40 cabines de 1m² dotados de vaso sanitário com acionamento manual (descarga) e tanque de dejetos individual com capacidade de, pelo menos, de 170 litros e paredes em TS, com estrutura em alumínio, e 62 cabines de banheiros químicos convencionais com pelo menos 1m² e tanque de pelo menos 200 litros e 1 banheiro fechado contendo pelo menos 10 mictórios com climatização;

5.6 - Instalar todo o sistema de iluminação do palco principal e do palco regional, cumprindo integralmente os *rider* dos artistas contratados, entre outros;

5.7 - Montar 4 torres de segurança a ser utilizado pela polícia militar, na área destinada aos shows para melhor visibilidade e segurança do público;

5.8 - Colocar fiscais nos portões de acesso durante 24 horas para garantir o cumprimento das responsabilidades, comprovando que nenhuma ação nestes portões comprometa a realização dos shows artísticos e a tranquilidade dos visitantes e trabalhadores, que estiverem na área interna do evento;

5.9 - Contratar equipe para trabalhar na divulgação do evento com distribuição de filipetas na cidade e na região, nos dias que antecederão ao evento;

5.10 - Contratar pessoal para compor as equipes de trabalho do controle de acesso pelos portões do evento, que auxiliarão a prefeitura na checagem de idade conforme

Processo n.º	Exercício	Folha
10.377	2025	50

permitido no alvará da Vara de Infância e Juventude da Comarca de Resende;

5.11 - Fornecer transporte e alimentação para a equipe de divulgação do evento e para toda a equipe que estiver a serviço da contratada antes, durante e após o evento, assim como alimentação para as forças de segurança públicas envolvidas no evento, incluir as equipes de manutenção, fiscalização, saúde e limpeza pública;

5.12 - Distribuir 600m de grades metálicas para isolamento das áreas que serão necessárias: grade de proteção metálica, modulada com encaixe e travamento, medindo 02 metros de comprimento e 1,10 metro de altura, com pintura nova, em perfeito estado de conservação, de acordo com exigência dos bombeiros. Incluso: ART, transporte, montagem, desmontagem e documentações necessárias;

5.13 - Instalar 1.000 metros placas de fechamento metálicas (2x2,20m) nas áreas dos palcos e no camarote;

5.14 - Instalar serviço de som de linha, com caixas espalhadas e suficientes para cobrir todo o recinto onde irá acontecer a 56ª Exposição Agropecuária de Resende - 2025, das 09:00 da manhã até as 04:00 da manhã do dia seguinte, com locutores e operadores a disposição do público e da comissão organizadora em período integral;

5.15 - Instalar todo sistema de sonorização do palco principal, do palco regional, de pista e das áreas especiais (camarotes e afins), e demais áreas, tais como locais de exposição, pistas de competição, entre outros;

5.16 - Montar 4 camarins com 4 salas para o palco principal medindo 4x4m e 3x3m cada, em octanorme, cobertura em forro, piso deck elevado a 10cm do solo com área de circulação frontal de 1 metros (varanda), 04 banheiros vip de luxo, portas com fechaduras e 2 chaves cada, cobertos por tenda piramidal com fechamentos laterais e fundos e beirais de 2 m nas laterais, fundos e 3 m frontal, mobiliados com frigobar, sofá de 2 lugares, 2 poltronas, mesa pequena para apoio, mesa para alimentação, 6 cadeiras, espelho medindo 1,50 x 0,50m afixados à parede, arara com 12 cabides, tábua de passar roupas, ferro de passar roupas, 3 tomadas 110v, iluminação com lâmpadas fluorescentes, além de atendimento às demandas dos artistas contratados;

5.17 - Montar 01 camarote principal GEO SPACE de alumínio, com tamanho de 85 metros por 20 metros, que tenha piso elevado a pelo menos 1,3 metros do chão com 02 escadas de 6 metros de largura, 01 rampa de acesso, lounge com piso elevado. 04

Processo n.º	Exercício	Folha
10.377	2025	51

cabines de banheiros do tipo de LUXO, bilheterias, entrada e área com lavatórios e pias;

5.18 - Montar o palco regional, para a realização de shows locais que deverá contar com Infraestrutura completa de som e luz, além do camarim com duas salas, gradeamento, banheiros na área fechada e apoio de segurança. Palco com cobertura em boxtruss Q-30 medindo, no mínimo, 10,00m x 10,00m x 8,00m (pé direito) com piso elevado a 1,80m do solo, acarpetado, 02 escadas laterais e 01 rampa de acesso, fechamento com saias em todo o perímetro, 2 banheiros químicos para uso exclusivo da equipe de palco, 01 área de serviço no nível do palco, medindo 4,00m x 4,00m, cobertas por tendas com fechamento total em lona branca e barricadas de contenção;

5.19 - Montar o palco principal do evento para a realização de shows de grande porte que deverá contar com Infraestrutura completa de som e luz, além dos 04 (quatro) camarins, gradeamento, 02 banheiros vip de luxo na área fechada e apoio de segurança. Palco com cobertura GEO SPACE, no mínimo, 20,00m x 14,00m x 9,00m (pé direito) com piso elevado a 2,00m do solo, acarpetado, 02 escadas laterais e 01 rampa de acesso, fechamento com saias em todo o perímetro, 02 estruturas de fly P.A. medindo 2,00m x 80,00m, housemix medindo 5,00m x 5,00, m, com piso elevado a 0,20m do solo, coberto por tenda com 100 Barricadas de contenção, além de uma passarela a ser montada entre as 2 áreas de camarotes e instalar pelo menos 40m² de painel de led alta resolução no mínimo de 4mm do tipo outdoor para atender o público e artistas e que tenha sistema de transmissão em vídeo dos shows em 2 telas ao lado do P.A.;

5.20 - Realizar a produção dos artistas inclusive alimentação dos camarins para o palco principal e palco regional;

5.21 - Montagem de 01 camarote secundário com tamanho de 30,00 X 10,00 metros elevado a pelo menos 1m com fechamentos laterais, som e iluminação, barricadas, e disponibilizar 3.000 credenciais de acessos diárias para a comissão organizadora;

5.22 - Garantir o acesso gratuito nos portões de entrada, sendo proibido a venda e comercialização de ingressos de pista para entrada no evento;

5.23 - Montar infraestrutura com octanorme ou adequação de salas existentes para o serviço médico imediato para área de shows, que será dotado de piso específico, para atendimento no local e durante todo o período de realização do evento, em tamanho proporcional ao público presente e de acordo com o exigido pela legislação específica.

Processo n.º	Exercício	Folha
10.377	2025	52

estrutura de posto médico em total conformidade com a SESDEC 80/2007 para uma estimativa de público de 14.950 pessoas;

5.24 - Instalar na área principal do evento e nos camarotes câmeras de CFTV, assim como câmeras de identificação de pessoas e registro em arquivo.

DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

5.25 - Fornecer equipamentos especializados e equipe para varrição e coleta de lixo e resíduos em toda a área do evento;

5.26 - Disponibilizar equipe de manutenção do espaço físico incluindo materiais necessários;

5.27 - Fornecer infraestrutura hidráulica antes do evento e serviço de bombeiro hidráulico em horário integral durante o evento;

5.28 - Fornecer uma equipe de instalação elétrica com os plantonistas e a ligação da energia elétrica necessária a realização do evento;

5.29 – Liberar espaço para montagem das estruturas com antecedência.

6 - DA LEGALIZAÇÃO DO EVENTO

DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE:

6.1 - Ficará a cargo da administração municipal providenciar os alvarás, liberações e o pagamento das taxas, do *Corpo* de Bombeiros, das Polícias Civil e Militar, SEFAZ RJ, Juízo da Infância e Adolescência, Secretaria Municipal de Fazenda de Resende e Ministério da Agricultura;

6.2 – Retirar/expedir o alvará da vigilância sanitária.

Processo n.º	Exercício	Folha
10.377	2025	53

DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

6.3 — Apresentar em até 2 (dois) dias anteriores a realização do evento, a relação de barracas identificadas e numeradas;

6.4 - No contrato de permissão e cessão das barracas, deverá constar cláusula proibindo terminantemente a venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos, devendo ser afixado, em cada barraca, cartaz com os seguintes dizeres: "É proibida a venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos";

6.5 - Apresentar os dados da empresa responsável pela segurança, fiscalização e monitoramento CFTV, do evento, em até 10 (dez) dias *anteriores à realização do evento*;

6.6 – Ficarão como responsabilidade da contratada o pagamento do ECAD;

6.7 - Apresentar contato dos artistas da grade de programação contidos em sua proposta em até 05 dias úteis após o certame, ou após aprovação da linha de shows sob pena de desclassificação;

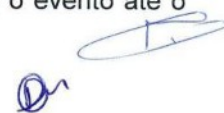
6.8 - Respeitar as regras do estatuto da criança e do adolescente;

6.9 - Disponibilizar em locais estratégicos e de fácil visualização a inscrição "fica vedada a venda e distribuição de qualquer espécie de bebida alcoólica para menores de 18 anos". Além do cumprimento aos termos do estatuto da criança e do adolescente;

6.10 - Promover o cumprimento da Lei Federal nº 10.098/2000, *Decreto nº 5.296/2004 e ABNT NBR 9050/2004*, que estabelecem e regulamentam normas gerais, critérios básicos, bem como parâmetros técnicos para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;

6.11 - Área reservada para portador de necessidade especiais em frente ao palco;

6.12 - Respeitar os contratos de cessão de espaço em vigência dentro do local do evento até 10 dias antes do evento, em seguida toda área fica disponível para o evento até o término.



Processo n.º	Exercício	Folha
10.377	2025	54

7. DA LOGÍSTICA E ABASTECIMENTO

DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 7.1 - Fiscalizar, gerir e controlar a distribuição e abastecimento dos produtos e espaços comercializados pela contratada, no interior da área delimitada para o evento;
- 7.2 - Operar e comercializar a área estacionamento do evento, garantindo o acesso e vagas àqueles que tiverem credencial. A empresa deverá gerenciar também o fluxo de veículos na via de acesso ao estacionamento (fundos do Parque), com o apoio de agentes de trânsito municipais, não permitindo congestionamento e impossibilidade de ir e vir, caso o estacionamento atinja toda sua capacidade;
- 7.3 - Manter os geradores a disposição do evento para possíveis falta de energia garantindo a segurança do público.

8. DA ORGANIZAÇÃO DO EVENTO

DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 8.1 – Adesivação de todos os veículos de trabalho que circularão dentro do parque, área de público, com selo de Identificação do evento em tamanho visível;
- 8.2 - Realizar venda dos ingressos dos camarotes, através de stands de vendas em área disponibilizada pelo município de 25 m2, no calçadão de Resende, em lojas parceiras e via internet;
- 8.3 - Disponibilizar a comissão organizadora da festa o planejamento contendo cronograma de execução da montagem do evento;
- 8.4 - Disponibilizar 3.000 ingressos do camarote secundário para cada dia de evento para a Prefeitura Municipal de Resende e comissão organizadora da festa;

Processo n.º	Exercício	Folha
10.377	2025	55

- 8.5 - Disponibilizar credenciais de acesso livre para espaços pertinentes aos funcionários em serviços relacionados pela Prefeitura Municipal de Resende e comissão organizadora da festa;
- 8.6 - Disponibilizar 01 (um) exemplar de cada material gráfico confeccionado, para a Prefeitura Municipal de Resende e comissão organizadora da festa;
- 8.7 - Elaborar e entregar à comissão organizadora da festa um mapa do evento com o layout de toda a infraestrutura a ser instalada, incluindo instalações, assim como o engenheiro responsável por toda montagem das estruturas do evento;
- 8.8 - Elaborar e entregar à comissão organizadora da festa um projeto de gestão, comercialização e promoção da 56ª Exposição Agropecuária de Resende;
- 8.9 - Manter desobstruídas as áreas do evento destinadas ao lazer público não podendo haver circulação de veículos nos mencionados locais e horários de uso do parque, sobretudo durante a montagem e desmontagem do evento;
- 8.10 - Manter uma central de Informações no evento, em horário comercial, dotado de telefone e e-mail, para contato do público e imprensa, bem como dos órgãos da Prefeitura de Resende;
- 8.11 - Submeter todas as empresas que vierem a ser subcontratadas às mesmas regras objeto deste Edital e ser responsável por toda a operação desta subcontratada, devendo as empresas seguir todas as legislações pertinentes à natureza de suas operações;
- 8.12 - Fica pré-agendado para 3 dias antes do início do evento às 10h uma vistoria final pela comissão organizadora da festa e pelo Corpo de Bombeiros;
- 8.13 - Organizar uma área com stands comerciais, disponibilizando caso seja necessário, um espaço para Prefeitura Municipal;
- 8.14 - Contratar controladores de público para áreas privadas como camarote, camarins, frente de palco e para os pavilhões em quantidade suficiente de acordo com mapa em anexo do evento.



Processo n.º	Exercício	Folha
10.377	2025	56

DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

8.15 - Disponibilizar para a **CONTRATADA** a planta do espaço com layout dos circuitos elétrico e hidráulico existentes;

8.16 - Fiscalizar todos os itens do contrato para a preservação dos interesses da Administração Pública e dos munícipes inclusive das áreas cedidas no parque para outra atividade;

8.17 - Fica autorizada a contratar serviços que não estão aqui previstos e que possam ser identificados como necessários ao bom funcionamento do evento, ficando estes às suas expensas e gestão;

8.18 - Organizar e/ou contratar serviço de pronto atendimento médico com equipe e insumos, incluindo ambulância UTI, disponibilizados pela Secretaria Municipal de Saúde, na entrada do evento próximo a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, na área de shows e onde a legislação exigir dando suporte primário durante a realização do evento.

9. DA PUBLICIDADE

DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

9.1 - Confeccionar filipetas, contendo programação e informações do evento, cuja distribuição deve ser dirigida, respeitada a legislação local;

9.2 - Confeccionar e colocar cartazes em toda região respeitando o código municipal de posturas;

9.3 - Confeccionar e instalar painéis na entrada do evento com as marcas e programação da festa;

9.4 - Confeccionar e instalar 02 (dois) pórticos na entrada do evento, com testeiras

Processo n.º	Exercício	Folha
10.377	2025	57

laterais em treliça de alumínio Q30, com área para revista em tenda;

9.5 - Confeccionar material e veicular as chamadas nas rádios locais e *regionais*, *contendo a programação e informações da festa*;

9.6 - Confeccionar material e veicular chamadas nas TVs locais e regionais, contendo a programação e informações do evento;

9.7 - Criar material virtual e administrar páginas de redes social com impulsionamento, contendo a programação e informações da 56ª Exposição Agropecuária de Resende;

9.8 - Elaborar e disponibilizar à comissão organizadora da festa o plano de mídia completo com as peças publicitárias e plano de divulgação nos meios de comunicação local e regional, abrangendo, além de Resende, toda a região das agulhas negras e municípios da região sul fluminense;

9.9 - Fazer constar no material de divulgação do evento a classificação etária dos shows;

9.10 - Incluir as logomarcas da Prefeitura de Resende e outras logomarcas institucionais, conforme definição da comissão organizadora da festa, nas peças publicitárias que forem pertinentes;

9.11 - Produzir a identidade visual do evento, que deverá ser aprovada pela comissão organizadora da festa, bem como todos os materiais de divulgação;

9.12 - Promover a divulgação dentro do evento e nos dois palcos, que deverá conter a identidade do evento, marcas institucionais da Prefeitura de Resende e de eventuais patrocinadores.

10 - DAS RECEITAS

DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

10.1 - **A CONTRATADA** ficará com toda a receita bruta da exploração das áreas que serão destinadas ao estacionamento interno do Evento;

10.2 - **A CONTRATADA** ficará com toda a receita bruta da venda de ingressos de

Processo n.º	Exercício	Folha
10.377	2025	58

camarotes, uso da marca e espaços montados durante o Evento;

10.3 - A CONTRATADA poderá captar patrocínios, apoios e afins, obedecendo a legislação específica vigente e ficará com toda a receita dos patrocínios do evento;

10.4 - A CONTRATADA ficará com toda a receita proveniente da venda dos pontos comerciais da praça de alimentação, dos stands e dos demais produtos e serviços que serão comercializados por ela no Evento;

10.5 - A CONTRATADA poderá criar e aplicar novas modalidades para arrecadar receitas no âmbito de sua área na 56ª Exposição Agropecuária de Resende, desde que sejam relacionadas ao tema do evento, podendo criar áreas para maior conforto do público e que sejam submetidas à apreciação e aprovação da comissão organizadora da festa;

10.6 - A CONTRATADA deverá fazer um seguro de responsabilidade cível para o evento.

11 - DA SEGURANÇA E PREVENÇÃO

DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

11.1 - Contratar empresa de segurança patrimonial para a realização da segurança interna do parque em todos os dias do evento, revista com detector de metais e acautelamento de armas, incluindo os estacionamentos internos e com apresentação de efetivo em número suficiente e proporcional ao público estimado de acordo com o plano de segurança a ser apresentado;

11.2 - Disponibilizar extintores de incêndio (ABC ou CO²) para os palcos e camarotes com as notas fiscais dos extintores a serem usados pela empresa e subcontratadas, devendo as empresas fornecedoras dos mesmos terem licença junto ao Corpo de Bombeiros para o serviço prestado, seja de locação, recarga ou venda;

11.3 – Montar e instalar brigadas de incêndio com os equipamentos necessários.

Processo n.º	Exercício	Folha
10.377	2025	59

DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

11.4 - Coibir a circulação de veículos no recinto do parque, fora da área específica de estacionamento, com exceção dos veículos de reposição de mercadorias, que terão de 7h às 12h de cada dia para esta atividade, o que estará sob a fiscalização da comissão organizadora da festa;

11.5 - **A CONTRATANTE** poderá criar novas despesas no âmbito de sua área na 56ª Exposição Agropecuária de Resende, desde que sejam relacionadas ao tema do evento, mediante aprovação da comissão organizadora da festa.

12. DOS SHOWS

12.1 - **SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA** - contratação dos artistas/shows, com exceção do show gospel, que se apresentarão no palco principal da Exposição Agropecuária de Resende, obedecendo um parâmetro de grade compatível com a de anos anteriores, por exemplo:

2016 - Nego do Borel (Pop), Biquini Cavadão (Rock), Ludmilla (pop) Patati Patatá (infantil), Sorriso Maroto (Pagode), Matheus e Kauan (Sertanejo) e Bruno e Barreto (sertanejo).

2017 - Péricles (Pagode), Bruninho e Davi (Sertanejo), Maiara e Maraísa (Sertanejo), Anthony e Gabriel (Sertanejo) e Anitta (Pop).

2018 - Marilia Mendonça (sertanejo), Milionário e Marciano (sertanejo), Dilsinho (Pagode), Ferrugem (Pagode), Detonautas (Rock) e Thiago Brava (Sertanejo).

2019 - Xande de Pilares (Pagode), Lexa (Pop), Onze20 (Reggae), Jorge e Mateus (sertanejo), Simone e Simaria (Sertanejo), César Menotti e Fabiano (sertanejo), Kevin o Chris (Pop).

2022 — Léo e Raphael (Sertanejo), Wesley Safadão (Sertanejo), Zé Neto e Cristiano (Sertanejo), Belo (Pagode), Marcelo Falcão (Pop) e Barões da Pisadinha (Sertanejo).

Processo n.º	Exercício	Folha
10.377	2025	60

2023 — Israel e Rodolfo (Sertanejo), Cabelinho (Pop), Marvyla (Pagode), Tá na mente (Pagode), João Gomes (Sertanejo), Sorriso Maroto (Pagode), Gino e Geno (Sertanejo) e Pedro Sampaio (Pop).

2024 - Ferrugem (Pagode), Teodoro e Sampaio (Sertanejo) Filipe Ret (Pop), Mc Daniel (Pop), Tília (Pop), DJ Zullu (pop), Pagode do Adame (Pagode), Caju para baixo (Pagode) e Lauana Prado (Sertanejo).

2025 - A empresa deverá apresentar uma linha de shows de renome nacional, que contenha pelo menos os seguintes shows de comprovada consagração da mídia do âmbito nacional: shows de pagode, show de DJ, pop ou rock, show de sertanejo ou piseiro. Serão pelo menos 07 dias de shows, os estilos poderão ser repetidos, dando um valor total de grade de show de pelo menos R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais);

12.2 — Declarado vencedor do certame, este terá que apresentar logo após a aprovação da linha de shows pela comissão organizadora, sob pena de desclassificação — material comprobatório do agendamento do artista para data e contato dos escritórios para confirmação, devendo comprovar caso necessário, notas e contratos de apresentações anteriores, ou publicações que comprovem o valor a ser pago;

DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

12.3 - Será responsabilidade da **CONTRATANTE** o pagamento do cachê do show **GOSPEL/ CRISTÃO**.

13. DA VISTORIA TÉCNICA E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.1 A vistoria técnica poderá ser agendada com o presidente da comissão organizadora do evento, através do telefone (24) 3354-6087, podendo ocorrer entre 13:00 e 18:00 h;

Processo n.º	Exercício	Folha
10.377	2025	61

13.2.- Após a vistoria será fornecida, pela comissão organizadora da festa, a declaração de vistoria, em duas vias, conforme modelo constante no **ANEXO VI** do Edital, onde constará que o representante legal da empresa vistoriou e tomou conhecimento do objeto a ser licitado e esta declaração poderá fazer parte da documentação de habilitação do licitante;

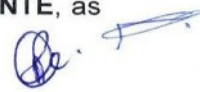
13.3.- O atestado de visita técnica, poderá ser substituído pela apresentação de uma **DECLARAÇÃO FORMAL**, assinada pelo responsável técnico da empresa licitante, sob penalidades da lei, informando que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, que assume total responsabilidade pela não realização da visita e que não utilizará desta prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras que venham a onerar a administração;

13.4.- A contratada deverá apresentar um ou mais atestado(s) de capacidade técnica fornecido por instituições públicas ou privadas, que comprovem a prestação de serviço de produção de evento/montagem de estruturas, em exposições com público (14.950 pessoas) e atividades compatíveis ao objeto deste certame. Devendo ainda apresentar cópia autenticada de documento de autorização fornecido pelo Corpo de Bombeiros que autorizou o evento citado no atestado apresentado, cópia do contrato da prestação do serviço autenticado, assim como averbação do atestado no CREA ou órgão competente;

13.5 - A contratada deverá comprovar que possui contrato com empresa detentora de licença ambiental e que esteja licenciada no INEA e portar toda documentação para transporte dos resíduos. Os descartes deverão ser feitos em central de tratamento, conforme legislação específica.

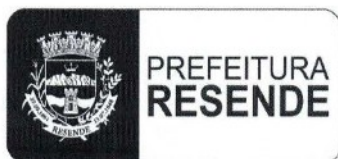
14. ETAPAS DO SERVIÇO

14.1 — Baseado nas edições anteriores na qual mostram que para o sucesso maior do evento se faz necessário que a **CONTRATADA** siga **OBRIGATORIAMENTE**, as seguintes etapas:



Processo n.º	Exercício	Folha
10.377	2025	62

- 1ª — Contratação de empresa, pagamento do lance, e reunião com a comissão, apresentação da linha de shows, e elaboração e apresentação do plano de gestão comercialização e promoção do evento, contratação da linha de shows;
- 2ª — Finalização da contratação da linha de shows, início da captação de recursos e patrocínios, elaboração do mapa/layout geral do evento;
- 3ª — Início da comercialização dos espaços do evento, apresentação da estrutura a ser montada, início da divulgação, e organização dos eventos da agropecuária;
- 4ª — Contratação de fornecedores, elaboração de contratos, apresentação do cronograma de execução do evento e montagem, entrada da documentação legal do evento;
- 5ª — Apresentação final do plano de mídia, início da manutenção das áreas do evento, massificação da divulgação, lançamento dos concursos pertinentes e reuniões com as instituições e órgãos afins;
- 6ª — Fornecimento dos contatos das empresas contratadas da área de segurança e fiscalização, apresentação da relação de expositores, entrega de convites e credenciais, execução do evento, incluído a montagem toda pertinente deste edital;
- 7ª — Execução do término do evento, limpeza e desocupação do espaço da área de exposições, recebimento e pagamento dos fornecedores;
- 8ª — Elaboração do clipping do evento para os patrocinadores, recebimento de patrocínios restantes e pagamento dos fornecedores;
- 9ª — Apresentação dos relatórios pertinentes ao evento, prestação de contas para os patrocinadores e ateste do serviço.



SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE
EVENTOS E INTEGRAÇÃO

Processo n.º	Exercício	Folha
10.377	2025	63

Resende, 28 de março de 2025

Patrícia Chueri de Oliveira

Secretária Municipal de Comunicação Social e Eventos

Matr.28.935

Arnaldo José de Lima

Superintendente Municipal de Eventos

Matr. 29.208



PREFEITURA
RESENDE

Superintendência Municipal de
Eventos

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP



Órgão demandante: SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE EVENTOS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRODUÇÃO, MONTAGEM DE ESTRUTURA, OPERACIONALIZAÇÃO, DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO DE RESENDE-RJ, A 56ª EXAPICOR 2025.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Superintendência Municipal de Eventos e Integração, unidade especializada que integra a Secretaria Municipal de Comunicação, é responsável pela oferta e realização de eventos e ações que compõem um conjunto de políticas públicas relacionadas às áreas de saúde, educação, cultura, esporte, assistência social, além das atividades voltadas para a celebração das festividades pertencentes ao calendário oficial do Município de Resende-RJ.

Dentre o rol de celebrações previstas para o exercício de 2025, a 56ª EXAPICOR é o evento de maior porte e complexidade. A festividade engloba a realização de feiras de negócios, artesanatos, atividades culturais, apresentações musicais, praças de alimentação, shows musicais, exposição de animais, dentre outras.

Portanto, a presente contratação objetiva a cessão temporária da área do parque de exposições, para assegurar a exploração econômica e a organização da 56ª EXAPICOR, permitindo a oferta adequada de entretenimento, lazer, com segurança, higiene e organização condizentes com o porte e a relevância da feira para o município e para a região.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A contratação não foi prevista no plano de contratações anual, para o exercício de 2025, na medida em que a concessão do evento não constitui desembolso financeiro para o erário, à semelhança do modelo utilizado pelo Município de Resende-RJ, a partir do exercício de 2017.

A 56ª Exapicor 2025, na cidade, na área determinada para a realização de eventos do município de Resende-RJ, terá início no dia 26 de setembro de 2025, com término previsto dia 05 de outubro de 2025, após esse período pré estabelecido encerra-se o referido certame.



3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Quanto à modalidade e o critério de julgamento

A modalidade eleita será concorrência Pública, podendo na forma eletrônica, adotando-se, como critério de julgamento, o maior retorno econômico, por se tratar do critério que mais se adequa à contratação do objeto do certame.

Nesse sentido, é importante salientar que critério maior retorno econômico estabelecido e plenamente adequado ao objeto do certame, com a utilização do instrumento legal e pertinente para os objetivos da administração.

- **Qualificação Técnica**

Os requisitos dispostos a seguir seguem as determinações elaboradas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, consoante o Acórdão nº 117094/2022, do processo TCE RJ nº 216700-2/2022.

- **Qualificação Técnico-Profissional:** Atestado de Capacidade Técnica, que comprove já ter prestado serviço compatível com o objeto da presente licitação, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, informando sempre que possível, quantidades, valores e demais dados técnicos, nome, cargo e assinatura do responsável pela informação, bem como se foram cumpridos os prazos de entrega e qualidade dos materiais, devidamente registrado na entidade competente quando for o caso;
- **Qualificação Técnico-Operacional:**
 - Atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde conste que a licitante presta ou prestou serviços semelhantes ao objeto contratual, com bom desempenho acompanhados de cópia ou original autenticada do contrato de prestação de serviço de produção de eventos em exposições com público mínimo de 14.950 pessoas. Devendo ainda apresentar cópia autenticada de documento de autorização fornecido pelo Corpo de Bombeiros que autorizou o evento citado no atestado apresentado.
 - No caso de apresentação de atestados de empresas privadas, não serão considerados aqueles apresentados por empresas participantes do mesmo grupo empresarial da licitante. Serão considerados como mesmo grupo, as empresas controladas pela licitante e suas controladoras, ou que tenham pelo menos uma pessoa física ou jurídica que seja sócia da empresa emitente e da empresa licitante;



**PREFEITURA
RESENDE**

**Superintendência Municipal de
Eventos**



- As licitantes deverão apresentar declaração emitida por técnico devidamente registrados no CREA, comprovado através de certidão do órgão em validade, ATESTANDO que as estruturas destinadas a abrigo de pessoas (palcos, camarins) e suporte de equipamentos (torres, elevatórias), a serem colocadas estão em perfeito estado de conservação e manutenção, não havendo nenhum risco à sua utilização. A declaração deverá estar com firma reconhecida do técnico assinante, e acompanhada de cópia de documento de identidade além da certidão de Regularidade Profissional acima mencionada

3.3. Documentos a serem exigidos no edital levando em consideração o art. 70 da Lei nº 14.133/21.

- Habilitação jurídica: ato constitutivo (art. 66 da Lei 14.133/2021).
 - Habilitação fiscal e trabalhista: (Art. 68, da Lei 14.133/2021).
 - Habilitação econômico-financeira: (Art. 69, II, da Lei 14.133/2021).
 - Qualificação Técnica: (Art. 67 da Lei 14.133/2021) – de acordo com o item 3.2. do ETP.
-
- Para a assinatura do contrato
-
- Prestação de compromisso de que no ato de contratação apresentará a comprovação de vínculo, através de registro em carteira e ficha de registro ou contrato de prestação de serviços, com o responsável técnico pela execução dos serviços. Para dirigente ou sócio de empresa, tal comprovação poderá ser feita através da cópia da ata da assembleia de sua investidora no cargo ou contrato social. Caso o responsável técnico já esteja constando na certidão de registro de pessoa Jurídica, dispensa-se a apresentação de comprovação de vínculo.

Súmula TCE RJ nº 10

Não deve ser exigido vínculo empregatício preexistente entre o profissional e a empresa licitante para fins de comprovação de qualificação técnico-profissional. O edital deve permitir qualquer meio apto a comprovar que, quando da contratação, a empresa licitante



**PREFEITURA
RESENDE**

Superintendência Municipal de Eventos

possuirá equipe técnica qualificada e disponível para a execução do objeto licitatório, a exemplo de apresentação de declaração de compromisso de disponibilidade.

FOLHA Nº 41	VISTO
PROCESSO Nº 10377	

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Não se aplica, na medida em que as informações sobre as atividades estarão previstas no termo de referência.

5. LEVANTAMENTO DAS POSSÍVEIS SOLUÇÕES DE MERCADO

Não se aplica, tendo em vista que o modelo de contratação, aplicado desde o exercício de 2017, além de não gerar gastos públicos com sua realização, permite a arrecadação através do maior lance ofertado pelos licitantes.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Assim, justifica-se a contratação de empresa especializada para a produção, montagem de estruturas, operacionalização e comercialização da Exapicor. Estima-se o valor de lance inicial mínimo em R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), o qual deverá ser depositado pelo vencedor do certame no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a homologação do resultado, mediante guia de recolhimento expedida pela Prefeitura Municipal de Resende.

O valor do lance mínimo é justificado da seguinte forma:
* Taxa de uso do espaço público: R\$ 19.650,00 - correspondente à autorização de uso das áreas públicas municipais destinadas à realização do evento, conforme legislação vigente;
* Despesas da contratante com obrigações previstas neste Termo de Referência: R\$ 90.350,00 - valor estimado para cobrir custos arcados pela Prefeitura Municipal de Resende, tais como fornecimento de apoio logístico, serviços públicos, infraestrutura básica não atribuída à contratada, apoio à realização de atividades culturais e institucionais.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Com base na qualidade alcançada nas edições anteriores, a contratação de empresa para a produção, montagem de estruturas,



**PREFEITURA
RESENDE**

**Superintendência Municipal de
Eventos**



operacionalização, divulgação e comercialização da EXAPICOR acompanhada da cessão temporal da área para o licitante vencedor, permitirá a realização de todas as atividades, sem prejuízo da fiscalização das autoridades públicas quanto a segurança do público, regras sanitárias, qualidade das instalações, preservação da integridade das crianças e adolescentes etc.

As características do objeto permitem sua execução por qualquer empresa do ramo de eventos, desde que atendam os critérios exigidos no Edital. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda: Efetuar a entrega do local em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos.

Justifica-se o não parcelamento do objeto tendo em vista a necessidade de mitigação dos riscos inerentes à multiplicação de relações jurídicas que

**8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA
SOLUÇÃO**

Deveriam ocorrer caso houvesse o fracionamento de cada atividade, não se vislumbrando vantajosidade econômica que justifique o parcelamento do objeto.

Por fim, a fiscalização poderá ser realizada de maneira mais eficaz a partir da centralização contratual com a licitante vencedora, responsabilizando-se, esta, pelos eventos e riscos que tangenciam a atividade.

**9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS
PRETENDIDOS**

Espera-se com a presente contratação o mesmo nível de organização e qualidade dos serviços que marcaram as edições anteriores.

**10. PROVIDÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO ANTES DO
CONTRATO**

Não se verifica.

**11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU
INTERDEPENDENTES**



**PREFEITURA
RESENDE**

**Superintendência Municipal de
Eventos**

Não se verifica.



12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

O fornecimento dos bens e a prestação do serviço pela empresa adjudicatária deverá ser realizado em conformidade com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos no Relatório de Possíveis Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras, elaborado pela Agência do Meio Ambiente de Resende – AMAR, disponibilizado no sítio eletrônico: Relação de Possíveis Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras - Item 12 do ETP.pdf (resende.rj.gov.br).

13. CONCLUSÃO SOBRE ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Nos moldes apresentados nos itens anteriores, concluímos pela viabilidade da contratação.

14. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O gerenciamento dos riscos relacionados à contratação apresentada neste ETP está relacionado com a fase de planejamento:

- Erro na elaboração do orçamento, formação de preços e estimativa de consumo;

TR; Dano: possível atraso na contratação, com retificação de ETP e

Ação Preventiva: a Superintendência deve realizar levantamento e conferir as informações antes da remessa à Superintendência Municipal de Licitações e Contratos – SUMLIC.

Cumpre-nos informar sobre a obrigatoriedade de observação das determinações exaradas pelo TCE RJ relacionadas às representações manejadas contra as edições anteriores, em especial, aquelas informadas na qualificação técnica deste ETP, mitigando os riscos de conformidade com as decisões da Corte Administrativa.

Resende, 27 de março de 2025.

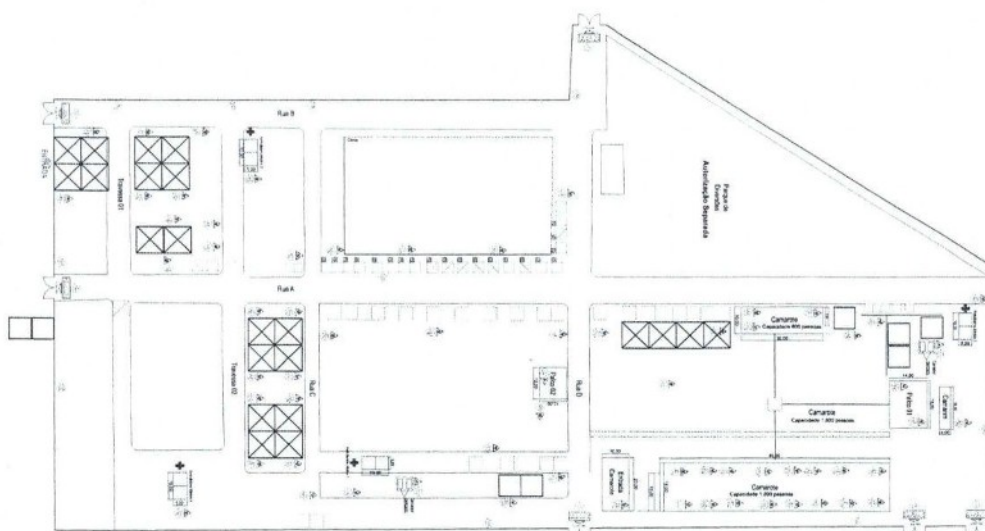


**PREFEITURA
RESENDE**

**Superintendência Municipal de
Eventos**

FOLHA Nº	44
PROCESSO Nº	10.377
VISTO	7

Arnaldo José de Lima
Superintendente de Eventos
Matrícula:29208



LEARNING	
	Square is 200 ft 200 ft
	Square is 200 ft 200 ft
	Square is 200 ft 200 ft
	Square is 200 ft 200 ft
	Square is 200 ft 200 ft
	Square is 200 ft 200 ft
	Square is 200 ft 200 ft
	Square is 200 ft 200 ft

[illegible]

Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico para evento a ser realizado na Rua A, s/nº, Campo da Aviação, Resende/RJ

Organizador: Prefeitura Municipal de Resende

ANEXO II

CARTA DE CREDENCIAMENTO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 11/2025

Pelo presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador (a) da Cédula de Identidade, podendo praticar todos os atos inerentes ao referido procedimento, no que diz respeito aos interesses da representada.

(Local e data).

Nome completo e assinatura do (s) representante (s) legal (is) da empresa

DECLARAÇÃO CONSOLIDADA

Nome completo do representante legal: RG nº: CPF nº:
licitante(nome empresarial), CNPJ:..... interessado em participar da
Concorrência Eletrônica N.º 11/2025, sob as penas da lei firmo o seguinte:

1 - DECLARAÇÃO DE PLENO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO FUNCIONAL SERVIDOR PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE

DECLARA que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no instrumento convocatório e legislação vigente e que:

- a) está em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal;
- b) não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação do item 2 deste Edital;
- c) cumpre as normas relativas à saúde e segurança do trabalho;
- d) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º - C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º - D, ambos da Lei Federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei Federal nº 13.467/2017.
- e) Atesto que a Empresa Licitante não possui em seu quadro societário servidor público da Prefeitura Municipal de Resende/RJ.
- f) Atesto que a Empresa Licitante não possui em seu quadro funcional servidor público da Prefeitura Municipal de Resende/RJ.
- g) Atesto, sob as penalidades cabíveis, que não possuímos em nosso quadro societário e nem participam dos nossos quadros funcionais, profissional que tenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/21.

2 - DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO

DECLARO, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;

c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;

d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;

e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e

f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013, tais como:

I – Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II – Comprovadamente, financiar custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

III – Comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV – No tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos Respetivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V – Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

3 - DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS

DECLARO o devido cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com

deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV do artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/2021

4 - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

DECLARO que não se encontra em processo de Falência, recuperação judicial ou extrajudicial, e que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

5 - DECLARAÇÃO QUE A PROPOSTA ECONÔMICA COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS

DECLARO, **sob pena de desclassificação**, que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes.

(Local e data).

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO IV

MODELO DE “PROPOSTA COMERCIAL”

Ao Agente de Contratação e/ou Comissão de Contratação

Razão Social: _____

Nome Fantasia: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____

Telefone: _____ E-mail: _____

Responsável legal: _____

Dados Bancários:

Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente: _____

Declaramos conhecer a legislação de referência desta licitação e que os produtos serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, o que conhecemos e aceitamos em todos os termos, inclusive quando ao pagamento e outros.

Nos preços indicados abaixo estão inclusos, além dos produtos todos os custos, benefícios, encargos, tributos e demais contribuições pertinentes. Declaramos cumprir todas as normas legais e regulamentares relativas à documentação, obtendo todas as autorizações que se fizerem necessárias junto aos órgãos públicos competentes.

Esta proposta é válida por 90 (noventa) dias.

ITEM	Descrição do objeto com especificações	Qtd.	Un	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)

(Local e data).

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO V

DECLARAÇÃO ASSINADA POR PROFISSIONAL HABILITADO DA ÁREA CONTÁBIL, QUE ATESTE O ATENDIMENTO PELO LICITANTE DOS ÍNDICES ECONÔMICOS PREVISTOS NESTE EDITAL

Nome completo: _____ RG nº: _____
CPF nº: _____ CRC nº _____ DECLARO, sob as penas da Lei,
que o licitante _____ (nome empresarial), interessado em
participar da Concorrência Eletrônica nº 11/2025, atende os índices econômicos previstos
neste edital.

(Local e data).

(Nome/assinatura profissional da área contábil)
CRC Nº _____

OBS: Esta declaração poderá ser substituída pelos índices econômicos do balanço patrimonial devidamente assinados pelo Contador.

ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO DE SERVIÇOS
EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 11/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10.377/2025
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E EVENTOS

O Município de Resende – RJ., pessoa jurídica de direito público interno, situado à Rua Augusto Xavier de Lima, no: 251, bairro Jardim Jalisco, Resende, RJ, CNPJ no: 11.800.731/0001 – 38, através da **Superintendência Municipal de Eventos e Integração da Secretaria Municipal de Comunicação Social e Eventos**, representada pelo Sr., nacionalidade....., estado civil....., Secretário Municipal de, portador da carteira de identidade no: e do CPF...., residente e domiciliado....., denominado simplesmente Contratante de um lado, e do outro, a empresa, inscrita no CNPJ n.º, com sede na Rua n.º Bairro, na pessoa de seu representante legal Senhor, brasileiro, ... CPF n.º na qualidade de Contratada, celebram este contrato, conforme Processo Administrativo n.º **10.377/2025**, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência Eletrônica N.º 11/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1.O presente instrumento tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRODUÇÃO, MONTAGEM DE ESTRUTURAS, OPERACIONALIZAÇÃO, DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA 56ª EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA DE RESENDE – 2025, EM ÁREA ESPECÍFICA DO PARQUE MUNICIPAL FRANCISCO FORTES FILHO, RESENDE-RJ, NO PERÍODO DE 26/09/2025 à 05/10/2025**, através da **Superintendência Municipal de Eventos e Integração da Secretaria Municipal de Comunicação Social e Eventos**, conforme descritivo no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, bem como da proposta vencedora, que fazem parte integrante deste Contrato.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Os serviços serão executados em conformidade com as especificações constantes no ANEXO I do Edital e demais documentos complementares, todos dispostos no processo de licitatório do qual este contrato decorre.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

3.1. O prazo de vigência do presente contrato é de 60 (sessenta) dias, a contar a partir do termo de início dos serviços e disposto no item 1.6 do Termo de Referência – TR.

3.2. A prorrogação poderá ser efetivada, quando presente algum dos motivos elencados no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/21.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

4.1. O prazo de execução do Serviço é de 60 (sessenta) dias, a contar a partir do termo de início dos serviços, prorrogável até o limite permitido em lei e no edital do certame correspondente.

4.2. O Termo de Início dos Serviços será fornecido pelo fiscal do contrato indicado pela **Superintendência Municipal de Eventos e Integração da Secretaria Municipal de Comunicação Social e Eventos**, salvo motivo de força maior ou caso fortuito perfeitamente justificável, hipótese em que o prazo poderá ser prorrogado para a conclusão dos serviços.

4.3. Caso houver suspensão do andamento dos serviços, o contrato também terá sua vigência suspensa.

4.4. O contrato poderá ser aditivado, enquanto ainda suspenso, para fins de adequação orçamentária e vigência.

4.5. Enquanto não realizado o termo de início dos serviços, o contrato, ainda que assinado, terá prazo de vigência suspenso.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DO OBJETO

5.1. O valor deste instrumento para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$, conforme Planilha Orçamentária (PO) adjudicada, executado de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O valor ofertado pelo vencedor deverá ser pago em parcela única, junto a Secretaria Municipal de Fazenda, mediante guia de recolhimento em até 48 hs, após o final do certame e comprovado junto à SUMLIC/SMG. Após a comprovação do pagamento da guia de recolhimento será feita a homologação.

6.2. O não pagamento ou ausência de comprovação culminará a desclassificação da empresa.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O valor ofertado pelo vencedor deverá ser pago em parcela única, junto a Secretaria Municipal de Fazenda, mediante guia de recolhimento em até 48 hs, após o final do certame e comprovado junto à SUMLIC/SMG. Após a comprovação do pagamento da guia de recolhimento será feita a homologação.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO e OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

9.1 - DOS EVENTOS E ATIVIDADES JUNTO AOS ANIMAIS, PRODUTORES RURAIS E ARTESÕES

DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

9.1.1 - Garantir a presença de criadores/expositores de animais rurais, de representantes dos setores de agropecuária, agroindústria e agroquímico;

9.1.2 - Realizar as provas equestres e torneio leiteiro conforme padrões exigidos, com todo o aparato necessário;

9.1.3 - Comprovar a realização do exame negativo para anemia infecciosa equina, exame de mormo, atestado sanitário e exame de influenza equina, os exames têm que estar com validade durante a realização do evento;

9.1.4 - Disponibilizar alimentos, medicamentos, capim forrageiro e serragem adequada

em quantidades suficientes para os animais em exposição e em competição;

9.1.5 - Promover parcerias para a confecção de uniforme padrão para competidores e equipe organizadora;

9.1.6 - Confeccionar troféus e faixas personalizadas para a premiação dos animais, conforme programação das competições de cada espécie e suas premiações;

9.1.7 - Realizar o controle e recebimento das inscrições e atestados dos equinos.

9.1.8 - Disponibilizar as informações dos resultados de todas provas dos animais;

9.1.9 - Contratar uma equipe para preparar os espaços, auxiliar os procedimentos de trato, fichas e cadastros, receber os animais;

9.1.10 - Realizar o controle e recebimento das inscrições e atestados de todos os animais;

9.1.11 - Preparar a infraestrutura do galpão rural para receber os pequenos animais, artesãos e expositores do agronegócio, além do público que irá visitar o evento.

9.2. DA HIGIENE E LIMPEZA DURANTE O EVENTO:

9.2.1 - **A CONTRATADA** deverá contratar e manter limpos diariamente todos banheiros químicos de uso público na área de sua responsabilidade, sendo que deverá disponibilizar, em lugares estratégicos e de fácil acesso, banheiros destinados a portadores de necessidades especiais. Disponibilizar pessoal para limpeza dos banheiros de alvenaria assim como os materiais necessários;

9.2.2 - **A CONTRATANTE** disponibilizará equipe de limpeza para varrição e coleta de lixo e resíduos em toda a área do evento, incluindo materiais necessários.

9.3. DA INFRAESTRUTURA DO EVENTO

DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

9.3.1 - Contratar controle de acesso do público bem como as equipes operacionais, sendo necessário equipe de controle de entrada do público, assim como manter uma média de 100 controladores públicos/apoio por show de grande porte;

9.3.2 - Instalar 2 geradores de 250KWAs e 1 gerador de 90 KVA FULL TIME e 2 geradores de stand by; para atender as demandas dos palcos sendo: 3 para o Palco Principal (shows de grande porte) e 2 para o palco regional (shows de pequeno porte), conforme programação e rider dos contratados;

9.3.3 - Montar todas as tendas com lona branca, sendo 20 medindo 10m x 10m cada, 5 medindo 8m x 8m cada, 28 tendas medindo 5m x 5m cada, 20 tendas medindo 4mx4m cada, 05 tendas 3mx3m cada, destinadas a praça de alimentação, acesso e demais necessidades do evento;

9.3.4 - Organização de todas as estruturas que serão comercializadas na praça de alimentação, sendo barracas, restaurantes, stands, carrocinhas e outras;

9.3.5 - Instalar estruturas com o número mínimo de 102 banheiros, podendo ser terceirizado pela contratada, sendo: 50 masculinos, 50 femininos e 02 para portadores de necessidades especiais sendo 01 feminino e 01 masculino, montados em pontos estratégicos, com garantia de sucção, desinfecção e limpeza. A empresa que vai fornecer e operar os banheiros deverá estar licenciada no INEA e portar toda documentação para transporte dos resíduos. Os descartes deverão ser feitos em central de tratamento, conforme legislação específica. Sendo 40 cabines de 1m² dotados de vaso sanitário com

acionamento manual (descarga) e tanque de dejetos individual com capacidade de, pelo menos, de 170 litros e paredes em TS, com estrutura em alumínio, e 62 cabines de banheiros químicos convencionais com pelo menos 1m² e tanque de pelo menos 200 litros e 1 banheiro fechado contendo pelo menos 10 mictórios com climatização;

9.3.6 - Instalar todo o sistema de iluminação do palco principal e do palco regional, cumprindo integralmente os *rider* dos artistas contratados, entre outros;

9.3.7 - Montar 4 torres de segurança a ser utilizado pela polícia militar, na área destinada aos shows para melhor visibilidade e segurança do público;

9.3.8 - Colocar fiscais nos portões de acesso durante 24 horas para garantir o cumprimento das responsabilidades, comprovando que nenhuma ação nestes portões comprometa a realização dos shows artísticos e a tranquilidade dos visitantes e trabalhadores, que estiverem na área interna do evento;

9.3.9 - Contratar equipe para trabalhar na divulgação do evento com distribuição de filipetas na cidade e na região, nos dias que antecederão ao evento;

9.3.10 - Contratar pessoal para compor as equipes de trabalho do controle de acesso pelos portões do evento, que auxiliarão a prefeitura na checagem de idade conforme permitido no alvará da Vara de Infância e Juventude da Comarca de Resende;

9.3.11 - Fornecer transporte e alimentação para a equipe de divulgação do evento e para toda a equipe que estiver a serviço da contratada antes, durante e após o evento, assim como alimentação para as forças de segurança públicas envolvidas no evento, incluir as equipes de manutenção, fiscalização, saúde e limpeza pública;

9.3.12 - Distribuir 600m de grades metálicas para isolamento das áreas que serão necessárias: grade de proteção metálica, modulada com encaixe e travamento, medindo 02 metros de comprimento e 1,10 metro de altura, com pintura nova, em perfeito estado de conservação, de acordo com exigência dos bombeiros. Incluso: ART, transporte, montagem, desmontagem e documentações necessárias;

9.3.13 - Instalar 1.000 metros placas de fechamento metálicas (2x2,20m) nas áreas dos palcos e no camarote;

9.3.14 - Instalar serviço de som de linha, com caixas espalhadas e suficientes para cobrir todo o recinto onde irá acontecer a 56ª Exposição Agropecuária de Resende - 2025, das 09:00 da manhã até as 04:00 da manhã do dia seguinte, com locutores e operadores a disposição do público e da comissão organizadora em período integral;

9.3.15 - Instalar todo sistema de sonorização do palco principal, do palco regional, de pista e das áreas especiais (camarotes e afins), e demais áreas, tais como locais de exposição, pistas de competição, entre outros;

9.3.16 - Montar 4 camarins com 4 salas para o palco principal medindo 4x4m e 3x3m cada, em octanorme, cobertura em forro, piso deck elevado a 10cm do solo com área de circulação frontal de 1 metros (varanda), 04 banheiros vip de luxo, portas com fechaduras e 2 chaves cada, cobertos por tenda piramidal com fechamentos laterais e fundos e beirais de 2 m nas laterais, fundos e 3 m frontal, mobiliados com frigobar, sofá de 2 lugares, 2 poltronas, mesa pequena para apoio, mesa para alimentação, 6 cadeiras, espelho medindo 1,50 x 0,50m afixados à parede, arara com 12 cabides, tábua de passar roupas, ferro de passar roupas, 3 tomadas 110v, iluminação com lâmpadas fluorescentes, além de atendimento às demandas dos artistas contratados;

9.3.17 - Montar 01 camarote principal GEO SPACE de alumínio, com tamanho de 85 metros por 20 metros, que tenha piso elevado a pelo menos 1,3 metros do chão com 02 escadas de 6 metros de largura, 01 rampa de acesso, lounge com piso elevado, 04 cabines de banheiros do tipo de LUXO, bilheterias, entrada e área com lavatórios e pias;

9.3.18 - Montar o palco regional, para a realização de shows locais que deverá contar com infraestrutura completa de som e luz, além do camarim com duas salas, gradeamento, banheiros na área fechada e apoio de segurança. Palco com cobertura em boxtruss Q-30 medindo, no mínimo, 10,00m x 10,00m x 8,00m (pé direito) com piso elevado a 1,80m do solo, acarpetado, 02 escadas laterais e 01 rampa de acesso, fechamento com saias em todo o perímetro, 2 banheiros químicos para uso exclusivo da equipe de palco, 01 área de serviço no nível do palco, medindo 4,00m x 4,00m, cobertas por tendas com fechamento total em lona branca e barricadas de contenção;

9.3.19 - Montar o palco principal do evento para a realização de shows de grande porte que deverá contar com infraestrutura completa de som e luz, além dos 04 (quatro) camarins, gradeamento, 02 banheiros vip de luxo na área fechada e apoio de segurança. Palco com cobertura GEO SPACE, no mínimo, 20,00m x 14,00m x 9,00m (pé direito) com piso elevado a 2,00m do solo, acarpetado, 02 escadas laterais e 01 rampa de acesso, fechamento com saias em todo o perímetro, 02 estruturas de fly P.A. medindo 2,00m x 80,00m, housemix medindo 5,00m x 5,00 m, com piso elevado a 0,20m do solo, coberto por tenda com 100 Barricadas de contenção, além de uma passarela a ser montada entre as 2 áreas de camarotes e instalar pelo menos 40m² de painel de led alta resolução no mínimo de 4mm do tipo outdoor para atender o público e artistas e que tenha sistema de transmissão em vídeo dos shows em 2 telas ao lado do P.A;

9.3.20 - Realizar a produção dos artistas inclusive alimentação dos camarins para o palco principal e palco regional;

9.3.21 - Montagem de 01 camarote secundário com tamanho de 30,00 X 10,00 metros elevado a pelo menos 1m com fechamentos laterais, som e iluminação, barricadas, e disponibilizar 9.1.000 credenciais diárias para a comissão organizadora;

9.3.22 - Garantir o acesso gratuito nos portões de entrada, sendo proibido a venda e comercialização de ingressos de pista para entrada no evento;

9.3.23 - Montar infraestrutura com octanorme ou adequação de salas existentes para o serviço médico imediato para área de shows, que será dotado de piso específico, para atendimento no local e durante todo o período de realização do evento, em tamanho proporcional ao público presente e de acordo com o exigido pela legislação específica estrutura de posto médico em total conformidade com a SESDEC 80/2007 para uma estimativa de público de 19.2.950 pessoas;

9.3.24 - Instalar na área principal do evento e nos camarotes câmeras de CFTV, assim como câmeras de identificação de pessoas e registro em arquivo.

9.4 DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

9.4.1 - Fornecer equipamentos especializados e equipe para varrição e coleta de lixo e resíduos em toda a área do evento;

9.4.2 - Disponibilizar equipe de manutenção do espaço físico incluindo materiais necessários;

9.4.3 - Fornecer infraestrutura hidráulica antes do evento e serviço de bombeiro hidráulico

em horário integral durante o evento;

9.4.4 - Fornecer uma equipe de instalação elétrica com os plantonistas e a ligação da energia elétrica necessária a realização do evento;

9.4.5 - Liberar espaço para montagem das estruturas com antecedência.

9.5 - DA LEGALIZAÇÃO DO EVENTO

DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE:

9.5.1 - Ficar a cargo da administração municipal providenciar os alvarás, liberações e o pagamento das taxas, do Corpo de Bombeiros, das Polícias Civil e Militar, SEFAZ RJ, Juízo da Infância e Adolescência, Secretaria Municipal de Fazenda de Resende e Ministério da Agricultura;

9.5.2 - Retirar/expedir o alvará da vigilância sanitária.

DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

9.5.3 - Apresentar em até 2 (dois) dias anteriores a realização do evento, a relação de barracas identificadas e numeradas;

9.5.4 - No contrato de permissão e cessão das barracas, deverá constar cláusula proibindo terminantemente a venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos, devendo ser afixado, em cada barraca, cartaz com os seguintes dizeres: “É proibida a venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos”;

9.5.5 - Apresentar os dados da empresa responsável pela segurança, fiscalização e monitoramento CFTV, do evento, em até 10 (dez) dias anteriores à realização do evento;

9.5.6 - Ficar como responsabilidade da contratada o pagamento do ECAD;

9.5.7 - Apresentar contato dos artistas da grade de programação contidos em sua proposta em até 05 dias úteis após o certame, ou após aprovação da linha de shows sob pena de desclassificação;

9.5.8 - Respeitar as regras do estatuto da criança e do adolescente;

9.5.9 - Disponibilizar em locais estratégicos e de fácil visualização a inscrição “fica vedada a venda e distribuição de qualquer espécie de bebida alcoólica para menores de 18 anos”. Além do cumprimento aos termos do estatuto da criança e do adolescente;

9.5.10 - Promover o cumprimento da Lei Federal nº 9.909/2000, Decreto nº 9.329/2004 e ABNT NBR 9050/2004, que estabelecem e regulamentam normas gerais, critérios básicos, bem como parâmetros técnicos para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;

9.5.11 - Área reservada para portador de necessidade especiais em frente ao palco;

9.5.12 - Respeitar os contratos de cessão de espaço em vigência dentro do local do evento até 10 dias antes do evento, em seguida toda área fica disponível para o evento até o término.

9.6. DA LOGÍSTICA E ABASTECIMENTO

DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

9.6.1 - Fiscalizar, gerir e controlar a distribuição e abastecimento dos produtos e espaços comercializados pela contratada, no interior da área delimitada para o evento;

9.6.2 - Operar e comercializar a área estacionamento do evento, garantindo o acesso e

vagas àqueles que tiverem credencial. A empresa deverá gerenciar também o fluxo de veículos na via de acesso ao estacionamento (fundos do Parque), com o apoio de agentes de trânsito municipais, não permitindo congestionamento e impossibilidade de ir e vir, caso o estacionamento atinja toda sua capacidade;

9.6.3 - Manter os geradores a disposição do evento para possíveis falta de energia garantindo a segurança do público.

9.7. DA ORGANIZAÇÃO DO EVENTO

DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

9.7.1 - Adesivação de todos os veículos de trabalho que circularão dentro do parque, área de público, com selo de identificação do evento em tamanho visível;

9.7.2 - Realizar venda dos ingressos dos camarotes, através de stands de vendas em área disponibilizada pelo município de 25 m², no calçadão de Resende, em lojas parceiras e via internet;

9.7.3 - Disponibilizar a comissão organizadora da festa o planejamento contendo cronograma de execução da montagem do evento;

9.7.4 - Disponibilizar 9.1.000 ingressos do camarote secundário para cada dia de evento para a Prefeitura Municipal de Resende e comissão organizadora da festa;

9.7.5 - Disponibilizar credenciais de acesso livre para espaços pertinentes aos funcionários em serviços relacionados pela Prefeitura Municipal de Resende e comissão organizadora da festa;

9.7.6 - Disponibilizar 01 (um) exemplar de cada material gráfico confeccionado, para a Prefeitura Municipal de Resende e comissão organizadora da festa;

9.7.7 - Elaborar e entregar à comissão organizadora da festa um mapa do evento com o layout de toda a infraestrutura a ser instalada, incluindo instalações, assim como o engenheiro responsável por toda montagem das estruturas do evento;

9.7.8 - Elaborar e entregar à comissão organizadora da festa um projeto de gestão, comercialização e promoção da 56ª Exposição Agropecuária de Resende;

9.7.9 - Manter desobstruídas as áreas do evento destinadas ao lazer público não podendo haver circulação de veículos nos mencionados locais e horários de uso do parque, sobretudo durante a montagem e desmontagem do evento;

9.7.10 - Manter uma central de informações no evento, em horário comercial, dotado de telefone e e-mail, para contato do público e imprensa, bem como dos órgãos da Prefeitura de Resende;

9.7.11 - Submeter todas as empresas que vierem a ser subcontratadas às mesmas regras objeto deste Edital e ser responsável por toda a operação desta subcontratada, devendo as empresas seguir todas as legislações pertinentes à natureza de suas operações;

9.7.12 - Fica pré-agendado para 3 dias antes do início do evento às 10h uma vistoria final pela comissão organizadora da festa e pelo Corpo de Bombeiros;

9.7.13 - Organizar uma área com stands comerciais, disponibilizando caso seja necessário, um espaço para Prefeitura Municipal;

9.7.14 - Contratar controladores de público para áreas privadas como camarote, camarins, frente de palco e para os pavilhões em quantidade suficiente de acordo com

mapa em anexo do evento.

DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

9.7.15 - Disponibilizar para a CONTRATADA a planta do espaço com layout dos circuitos elétrico e hidráulico existentes;

9.7.16 - Fiscalizar todos os itens do contrato para a preservação dos interesses da Administração Pública e dos munícipes inclusive das áreas cedidas no parque para outra atividade;

9.7.17 - Fica autorizada a contratar serviços que não estão aqui previstos e que possam ser identificados como necessários ao bom funcionamento do evento, ficando estes às suas expensas e gestão;

9.7.18 - Organizar e/ou contratar serviço de pronto atendimento médico com equipe e insumos, incluindo ambulância UTI, disponibilizados pela Secretaria Municipal de Saúde, na entrada do evento próximo a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, na área de shows e onde a legislação exigir dando suporte primário durante a realização do evento.

9.8. DA PUBLICIDADE

DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

9.8.1 - Confeccionar filipetas, contendo programação e informações do evento, cuja distribuição deve ser dirigida, respeitada a legislação local;

9.8.2 - Confeccionar e colocar cartazes em toda região respeitando o código municipal de posturas;

9.8.3 - Confeccionar e instalar painéis na entrada do evento com as marcas e programação da festa;

9.8.4 - Confeccionar e instalar 02 (dois) pórticos na entrada do evento, com testeiras laterais em treliça de alumínio Q30, com área para revista em tenda;

9.8.5 - Confeccionar material e veicular as chamadas nas rádios locais e regionais, contendo a programação e informações da festa;

9.8.6 - Confeccionar material e veicular chamadas nas TVs locais e regionais, contendo a programação e informações do evento;

9.8.7 - Criar material virtual e administrar páginas de redes social com impulsionamento, contendo a programação e informações da 56ª Exposição Agropecuária de Resende;

9.8.8 - Elaborar e disponibilizar à comissão organizadora da festa o plano de mídia completo com as peças publicitárias e plano de divulgação nos meios de comunicação local e regional, abrangendo, além de Resende, toda a região das agulhas negras e municípios da região sul fluminense;

9.8.9 - Fazer constar no material de divulgação do evento a classificação etária dos shows;

9.8.10 - Incluir as logomarcas da Prefeitura de Resende e outras logomarcas institucionais, conforme definição da comissão organizadora da festa, nas peças publicitárias que forem pertinentes;

9.8.11 - Produzir a identidade visual do evento, que deverá ser aprovada pela comissão organizadora da festa, bem como todos os materiais de divulgação;

9.8.12 - Promover a divulgação dentro do evento e nos dois palcos, que deverá conter a identidade do evento, marcas institucionais da Prefeitura de Resende e de eventuais patrocinadores.

9.9. - DAS RECEITAS

DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

9.9.1 - **A CONTRATADA** ficará com toda a receita bruta da exploração das áreas que serão destinadas ao estacionamento interno do Evento;

9.9.2 - **A CONTRATADA** ficará com toda a receita bruta da venda de ingressos de camarotes, uso da marca e espaços montados durante o Evento;

9.9.3 - **A CONTRATADA** poderá captar patrocínios, apoios e afins, obedecendo a legislação específica vigente e ficará com toda a receita dos patrocínios do evento;

9.9.4 - **A CONTRATADA** ficará com toda a receita proveniente da venda dos pontos comerciais da praça de alimentação, dos stands e dos demais produtos e serviços que serão comercializados por ela no Evento;

9.9.5 - **A CONTRATADA** poderá criar e aplicar novas modalidades para arrecadar receitas no âmbito de sua área na 56ª Exposição Agropecuária de Resende, desde que sejam relacionadas ao tema do evento, podendo criar áreas para maior conforto do público e que sejam submetidas à apreciação e aprovação da comissão organizadora da festa;

9.9.6 - **A CONTRATADA** deverá fazer um seguro de responsabilidade civil para o evento.

9.10. - DA SEGURANÇA E PREVENÇÃO

DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

9.10.1 - Contratar empresa de segurança patrimonial para a realização da segurança interna do parque em todos os dias do evento, revista com detector de metais e acautelamento de armas, incluindo os estacionamentos internos e com apresentação de efetivo em número suficiente e proporcional ao público estimado de acordo com o plano de segurança a ser apresentado;

9.10.2 - Disponibilizar extintores de incêndio (ABC ou CO²) para os palcos e camarotes com as notas fiscais dos extintores a serem usados pela empresa e subcontratadas, devendo as empresas fornecedoras dos mesmos terem licença junto ao Corpo de Bombeiros para o serviço prestado, seja de locação, recarga ou venda;

9.10.3 - Montar e instalar brigadas de incêndio com os equipamentos necessários.

DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

9.10.4 - Coibir a circulação de veículos no recinto do parque, fora da área específica de estacionamento, com exceção dos veículos de reposição de mercadorias, que terão de 7h às 12h de cada dia para esta atividade, o que estará sob a fiscalização da comissão organizadora da festa;

9.10.5 - A CONTRATANTE poderá criar novas despesas no âmbito de sua área na 56ª Exposição Agropecuária de Resende, desde que sejam relacionadas ao tema do evento, mediante aprovação da comissão organizadora da festa.

9.11.. DOS SHOWS

9.11.1 - **SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA** - contratação dos

artistas/shows, com exceção do show gospel, que se apresentarão no palco principal da Exposição Agropecuária de Resende, obedecendo um parâmetro de grade compatível com a de anos anteriores, por exemplo:

2016 - Nego do Borel (Pop), Biquini Cavado (Rock), Ludmilla (pop) Patati Patatá (infantil), Sorriso Maroto (Pagode), Matheus e Kauan (Sertanejo) e Bruno e Barreto (Sertanejo).

2017 - Pércles (Pagode), Bruninho e Davi (Sertanejo), Maiara e Maraísa (Sertanejo), Anthony e Gabriel (Sertanejo) e Anitta (Pop).

2018 - Marília Mendonça (Sertanejo), Milionário e Marciano (Sertanejo), Dilsinho (Pagode), Ferrugem (Pagode), Detonautas (Rock) e Thiago Brava (Sertanejo).

2019 - Xande de Pilares (Pagode), Lexa (Pop), Onze20 (Reggae), Jorge e Mateus (Sertanejo), Simone e Simaria (Sertanejo), César Menotti e Fabiano (Sertanejo), Kevin o Chris (Pop).

2022 - Léo e Raphael (Sertanejo), Wesley Safadão (Sertanejo), Zé Neto e Cristiano (Sertanejo), Belo (Pagode), Marcelo Falcão (Pop) e Barões da Pisadinha (Sertanejo).

2023 - Israel e Rodolfo (Sertanejo), Cabelinho (Pop), Marvyla (Pagode), Tá na mente (Pagode), João Gomes (Sertanejo), Sorriso Maroto (Pagode), Gino e Geno (Sertanejo) e Pedro Sampaio (Pop).

2024 - Ferrugem (Pagode), Teodoro e Sampaio (Sertanejo) Filipe Ret (Pop), Mc Daniel (Pop), Tília (Pop), Dj Zullu (pop), Pagode do Adame (Pagode), Caju pra baixo (Pagode) e Lauana Prado (Sertanejo).

2025 - A empresa deverá apresentar uma linha de shows de renome nacional, que contenha pelo menos os seguintes shows de comprovada consagração da mídia do âmbito nacional: shows de pagode, show de DJ, pop ou rock, show de sertanejo ou piseiro. Serão pelo menos 07 dias de shows, os estilos poderão ser repetidos, dando um valor total de grade de show de pelo menos R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais);

9.11.2 - Declarado vencedor do certame, este terá que apresentar logo após a aprovação da linha de shows pela comissão organizadora, sob pena de desclassificação - material comprobatório do agendamento do artista para data e contato dos escritórios para confirmação, devendo comprovar caso necessário, notas e contratos de apresentações anteriores, ou publicações que comprovem o valor a ser pago;

DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

9.11.3 - Será responsabilidade da CONTRATANTE o pagamento do cachê do show GOSPEL/ CRISTÃO.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DEMAIS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 10.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 10.3.** Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 10.4.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 10.5.** Sempre que necessário ou solicitado pelo CONTRATANTE, atualizar e/ou melhorar os serviços prestados de forma a atender a legislação Federal e/ou Estadual, especialmente, à Lei de Responsabilidade Fiscal, de acordo com as melhores técnicas praticadas e com pessoal capacitado, sem custo para o CONTRATANTE.
- 10.6.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do presente contrato, em subempreitada, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.
- 10.7.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.8.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
 - 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 10.9.** Executar satisfatoriamente e em consonância com as regras contratuais o serviço ajustado nos termos da Cláusula Primeira.
- 10.10.** Utilizar, na execução do serviço contratado, pessoal qualificado para o exercício das atividades que lhe forem confiadas.
- 10.11.** Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por si assumidas, todas as condições e prazos firmados na proposta comercial.
- 10.12.** Desenvolver todas as atividades constantes no presente edital, bem como seguir as especificações funcionais do mesmo;
- 10.13.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.14.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.15. Aceitar os acréscimos ou supressões que o CONTRATANTE solicitar, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, bem como a prestar os serviços conforme as especificações deste edital, nos termos do art. 65, §1º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.16. Realizar o cumprimento integral, de própria responsabilidade, dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, de toda espécie, resultantes da execução do presente contrato. A inadimplência da CONTRATADA, com relação aos encargos elencados nesta cláusula, não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

10.17. Prestar garantia contratual, bem como mantê-la em renovação, se for o caso, em uma das opções delimitadas pelo art. 96, §1º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

10.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10.21. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.22. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

10.23. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.24. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.25. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.

11.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96, § 1º, incisos I, II, III e IV da Lei nº 14.133/2021, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato.

11.2. O contratado apresentará, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato.

11.3. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais **90 (noventa) dias** após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.4. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.5. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item **11.6** deste contrato.

11.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.7.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.7.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

11.7.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

11.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item **11.7** observada a legislação que rege a matéria.

11.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

11.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

11.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados da data em que for notificada.

11.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

11.17. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

11.18. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência/Memorial Descritivo.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

12.1. Para fins de cumprimento do art. 117, §1º, §2º e §3º, da Lei n.º 14.133/2021, o CONTRATANTE designa o Sr(a). XXXX, MAT. XXXX, como fiscal de contrato e, Sr(a). XXXX, MAT. XXXX, como gestor de contrato.

12.2. Para fins de cumprimento do art. 118 da Lei n.º 14.133/2021, a CONTRATADA designa o Sr(a). XXXX para desempenhar a função de preposto perante a CONTRATANTE.

12.3. A CONTRATADA ficará sujeita à fiscalização do CONTRATANTE, que a qualquer momento, terá poderes de interferir no andamento dos serviços, reservando-se ainda o direito de recusar o recebimento dos serviços caso não estiverem de acordo com os padrões técnicos especificados e exigidos pelo projeto.

12.4. É responsabilidade da CONTRATADA a qualidade dos serviços executados ou fornecidos para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

13.1. Pelo atraso e inexecução total ou parcial deste contrato, bem como outras infrações, ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critérios do CONTRATANTE, a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes sanções:

13.2. ADVERTÊNCIA : A advertência será aplicada exclusivamente nos casos em que a CONTRATADA der causa à inexecução do contrato, nos termos do art. 156, §1º, e art. 155, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021.

13.3. MULTA: Pelo atraso injustificado na execução do serviço, será aplicada multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato.

Pelo atraso injustificado na execução do serviço superior a 30 (trinta) dias, contados do termo de ordem de início, será aplicada multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia de atraso, desde o primeiro dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato.

Pelo descumprimento injustificado de quaisquer das outras cláusulas contratuais que não aquelas relacionadas ao atraso na execução da obra, será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato.

A multa não impede que o CONTRATANTE rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada nos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, inclusive de eventual garantia prestada, ou cobrada judicialmente.

Da aplicação de qualquer multa será a CONTRATADA intimada para recolhê-la aos cofres do CONTRATANTE no prazo de trinta dias úteis. O montante de multas aplicadas à CONTRATADA não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor global do contrato, nos termos do art. 156, §3º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.4. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR: Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura pelo prazo de até um ano, aplicada pelo(a) Prefeito(a) Municipal, nos termos do art. 156, §4º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.5. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR: Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Prefeitura enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito(a) Municipal, a qual será concedida sempre que a contratada ressarcir à Prefeitura pelos prejuízos resultantes da infração e depois de decorrido o prazo de um ano, facultada a defesa da contratada no prazo de dez dias da abertura de visto, nos termos do art. 156, §5º e §6º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.6. As sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas juntamente com a multa, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de cinco dias úteis.

13.7. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA se esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.

13.8. Os montantes pecuniários derivados da aplicação das multas e demais sanções contratuais serão atualizados monetariamente pelo IPCA vigente, ou outro índice que venha o substituir, bem como a incidência de juros de mora de 0,5% sobre o montante total devido.

13.9. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

14.1. São prerrogativas do CONTRATANTE sobre o presente contrato, nos termos do art. 104 da Lei n.º 14.133/2021: modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado; extingui-lo, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei; fiscalizar sua execução; aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:

14.1.1. risco à prestação de serviços essenciais;

14.1.2. necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.

14.2. As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO.

15.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

15.2. A rescisão poderá se processar pelas hipóteses definidas no art. 138, inciso I, II e III, e estará sob as consequências determinadas pelo art. 139, todos da Lei n.º 14.133/2021.

15.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.4. Em caso de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso, bem como eventuais residuais pecuniários de inadimplência, inclusive no caso de perdas e danos, serão atualizados pelo IPCA, ou outro que o venha substituir, e incidentes de juros moratórios de 0,5% ao mês para quem der causa à inadimplência.

15.5. A alteração de qualquer dos dispositivos estabelecidos neste contrato, somente se reputará válida se tomadas expressamente em instrumento aditivo, passando a dele fazer parte.

15.6. As partes poderão adotar meios alternativos de resolução de controvérsias, nos termos do disposto pelos arts. 151, 152, 153 e 154 da Lei n.º 14.133/2021.

15.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

16.1. Para as situações não previstas neste contrato, aplicar-se-á o regramento dado pela Lei n.º 14.133/2021, no que ela prever, bem como demais legislações pertinentes ao objeto deste instrumento.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. No caso de reforma de edifício ou equipamento, o limite para acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

17.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- PUBLICAÇÃO.

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. As partes elegem o foro da Comarca de Resende/RJ, para dirimir dúvidas ou divergências, que poderão advir ao presente Contrato, nos termos do art. 92, §1º, da Lei 14.133/2021.

E por estarem às partes plenamente de acordo com todas as cláusulas e condições, firmam o presente instrumento para que surta os jurídicos e legais efeitos.

Resende/RJ, ... de de 2025.

CONTRATANTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E EVENTOS

CONTRATADO

TESTEMUNHA 1

TESTEMUNHA 2

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

RESENDE – RJ., ____ DE _____ DE 2025

DA: _____
SR: _____
PARA: _____
SR^a: _____
ASSUNTO: **ATESTADO DE VISITA TÉCNICA**
PROCESSO Nº: **10.377/2025**

Prezado Senhor:

Atesto para dos devidos fins que a empresa abaixo identificada realizou a **VISTORIA TÉCNICA** das instalações e do local onde os serviços / locação (discriminar o objeto).

Nome da empresa:

CNPJ – MF nº:

Nome do responsável:

RG nº:

CPF nº:

Endereço empresarial:

Telefone:

E mail:

Nome e assinatura do servidor

Local de trabalho / função

OBS: Poderá substituir o atestado de visita por uma declaração formal assinada pelo responsável técnico da empresa licitante